

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

HÉLIO FERREIRA MENDES JÚNIOR

***FAKE NEWS: A CIRCULAÇÃO DE UMA MEMÓRIA DISCURSIVA NO
MOVIMENTO ANTIVACINA***

Cáceres – MT

2020

HÉLIO FERREIRA MENDES JÚNIOR

***FAKE NEWS: A CIRCULAÇÃO DE UMA MEMÓRIA DISCURSIVA NO
MOVIMENTO ANTIVACINA***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL/UNEMAT), com requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação da Prof.^a Dr.(a) Ana Luiza Artiaga R. da Motta.

Cáceres – MT

2020

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

MENDES JÚNIOR, Helio Ferreira.

J11f Fake News: A Circulação de uma Memória Discursiva no Movimento Antivacina. / Helio Ferreira Mendes Júnior – Cáceres, 2020.

85 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu
(Mestrado Acadêmico) Linguística, Faculdade de Educação e
Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato
Grosso, 2020.

Orientador: Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta

1. Discurso. 2. Boato. 3. Fake News. 4. Movimento Antivacina. I. Helio Ferreira Mendes Júnior. II. Fake News: A Circulação de uma Memória Discursiva no Movimento Antivacina.: .

CDU 81-13

HÉLIO FERREIRA MENDES JÚNIOR

***FAKE NEWS: A CIRCULAÇÃO DE UMA MEMÓRIA DISCURSIVA NO
MOVIMENTO ANTIVACINA***

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a) Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta
Orientador(a) – PPGL/UNEMAT

Prof. (a) Dr.(a) Silvia Regina Nunes
Avaliador(a) Interno(a) – PPGL/UNEMAT

Prof. (a) Dr.(a)Guilherme Adorno de Oliveira
Avaliador(a) Externo(a) – PPGL/UNICAMP)

APROVADA EM: 25/06/2020

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a família pelo apoio, sendo sempre um alicerce que nos permite voar pelos caminhos do conhecimento e ter um pouso seguro em casa.

Aos professores(as) Neuza Zattar, Marcos Cumpri, Olímpia Maluf e Sílvia Nunes que me permitiram cursar suas disciplinas como aluno especial e ouvinte para que pudesse aprender, compreender e me encantar pela linguística, me ajudando a decidir qual o caminho de linha de pesquisa seguir nessa jornada do mestrado.

Aos amigos que fiz e às amigadas que se fortaleceram dentro das disciplinas e na convivência dos eventos dentro da cidade e em outros lugares, sempre desfrutando de suas boas companhias e boas risadas.

Aos meus queridos amigos do curso de jornalismo da UFMT/CUA que mesmo distantes, por meio de mensagens no grupo do Whatsapp: “The Manolos” conseguiram serem presentes nesse percurso do mestrado.

Aos meus queridos amigos cacerenses que sempre me apoiaram em todos meus projetos, e estiveram presentes em cada etapa dessa pós-graduação.

Ao grupo de amigos queridos da pós-graduação do grupo (Des)orientados, com troca rica de conhecimento e muitos memes sobre a Linguística e Análise de Discurso.

A minha querida orientadora Ana Luíza pela paciência e cordialidade em todos os nossos encontros e delicadeza com que me puxava (brincas, risos) para prestar atenção devida na língua e para que, enfim, este trabalho se constituísse em uma dissertação da Linguística.

O homem sentiu sempre – e os poetas frequentemente cantaram – o poder fundador da linguagem, que instaura uma sociedade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu.

Émile Benveniste – “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da Linguística”.

RESUMO

Neste trabalho, inscrevemo-nos na área de concentração dos estudos de processos linguísticos e na linha de pesquisa de Estudos de Processos Discursivos do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL-UNEMAT). Com o foco na Teoria da Análise de Discurso de linha francesa, desenvolvemos a pesquisa que busca compreender pelo funcionamento da linguagem o boato “como um fato da sociedade” e que pelo discurso joga no equívoco da língua, deslize que contribui para a circulação e desdobramento de notícias falsas, fenômeno contemporâneo denominado *Fake News*. Um Estudo das Condições de Produção do discurso do movimento Antivacina em que procuramos através da história da imprensa identificar as primeiras menções a este termo e como a imprensa trata em sua práxis jornalística e da ética da profissão, as *Fake News*. Pela teoria da Análise de Discurso buscamos compreender pelo movimento discursivo Antivacina, o modo de significação na sociedade, neste século entre 2017 e 2019. Dizeres – do movimento Antivacina - no digital que viralizaram em diversos sites, artigos científicos, em grupos no *Facebook* e *Whastapp*. No Brasil, houve um acontecimento, a Revolta da Vacina em 1904, no Rio de Janeiro, que se assemelha a este movimento atual. Com isso procuramos identificar pela historicidade as marcas do discurso jornalístico em noticiar esse acontecimento que a vacinação causava na população, uma política higienista em curso, na época. Desse modo questionamos como circulam e viralizam as *Fake News* na internet, constituídas pelo efeito-rumor, autoria e função-autor. A partir da noção teórica da memória discursiva, o interdiscurso, chegamos pelo estudo da língua a compreender a memória digital do movimento Antivacina. A Análise de Discurso nos abona nas condições teóricas para se compreender como é o funcionamento do fenômeno da circulação das *Fake News* com seus efeitos de sentido discursivo pelo efeito-rumor, e efeito-autor que influencia em um efeito-leitor desse arquivo digital na transversalidade do efeito midiático produzido pelo jornalismo.

Palavras-chaves: Discurso, Boato, *Fake News*, movimento Antivacina

ABSTRACT

In this academic work, we enrolled in the area of concentration of linguistic process studies and in the research line of Discursive Process Studies of the Postgraduate Program in Linguistics at the State University of Mato Grosso. (PPGL-UNEMAT). With a focus on the Discourse Analysis Theory of the French line, we developed the research that seeks to understand the rumor “as a fact of society” through the functioning of language and that through speech plays in the mistake of the language, a slip that contributes to the circulation and unfolding fake news, a contemporary phenomenon called Fake News. A Study of the Conditions for the Production of the Discourse of the Antivacin Movement in which we seek through the history of the press to identify the first mentions of this term and how the press treats in its journalistic praxis and the ethics of the profession, the Fake News. Through the Discourse Analysis theory we seek to understand by the discursive movement Antivacina, the mode of meaning in society, in this century between 2017 and 2019. Sayings - from the Antivacina movement - in the digital that went viral on several websites, scientific articles, in groups on Facebook and Whastapp. In Brazil, there was an event, the Vaccine Uprising in 1904, in Rio de Janeiro, which resembles this current movement. With this, we try to identify, by historicity, the marks of the journalistic discourse in reporting this event that vaccination caused in the population, a hygienist policy underway at the time. In this way, we question how the Fake News circulate and go viral on the internet, constituted by the rumor effect, authorship and author function. From the theoretical notion of discursive memory, the interdiscourse, we arrived by studying the language to understand the digital memory of the Antivacina movement. Discourse Analysis gives us the theoretical conditions to understand how the phenomenon of the circulation of Fake News works with its effects of discursive meaning by the rumor effect, and the author effect that influences a reader effect of this digital file in transversality the media effect produced by journalism.

Keywords: Discourse, Rumors, Fake News, Anti-vaccine movement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O termo Fake News a palavra do ano no dicionário Harper Collins	17
Figura 2: Personagem Yellow Kid de Richard Felton Outcault publicado no New York World, que caracterizou depois como representação do Yellow Journalism (imprensa Amarela)	21
Figura 3: Capa do jornal Notícias Populares com a manchete “sensacionalista” sobre a Escola Base .	24
Figura 4: Manchete do Jornal Estado de S.Paulo sobre o desfecho das denúncias contra os donos da Escola Base	25
Figura 5: Cartoon de 1894 ilustrando alguns dizeres sobre notícias falsas do cartunista Frederick Burr Opper	34
Figura 6: Capa do Gazeta de Notícias sobre a Revolta da Vacina	39
Figura 7: Oswaldo Cruz, o “Luiz XIV da Seringação” ou “Oswaldo, o Cru” (cerca de 1904; publicação e autor não identificados). Página 21, Cadernos de Comunicação	41
Figura 8: Gráfico memória digital e discursiva. Fonte: Dias, 2018, pág. 105	50
Figura 9: Fluxograma. Fonte: DIAS (2004, p,79)	52
Figura 10: Afirmação que a notícia sobre as vacinas causarem autismo com o selo: Isto é Fake News! No site do Ministério da Saúde	66
Figura 11: Selos do site do Ministério da Saúde. Fonte: https://www.saude.gov.br/fakenews	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	15
1. A HISTORICIDADE DO TERMO <i>FAKE NEWS</i> NA IMPRENSA	15
1.1 A Imprensa Amarela sinônimo de sensacionalismo	18
1.2 Escola Base e a repercussão do erro da imprensa brasileira	22
CAPÍTULO II	32
2. <i>FAKE NEWS</i> : UM DIZER EM DIFERENTES CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	32
2.1 A Revolta da Vacina uma memória discursiva do Antivacina	34
2.2 Efeito-rumor de uma <i>fake news</i>	42
2.3 Efeitos de sentido de uma <i>fake news</i>	45
2.4 A circulação de uma <i>fake news</i> nos espaços digitais	49
CAPÍTULO III	52
3. O MOVIMENTO ANTIVACINA	52
3.1 A Função-autor no movimento Antivacina	60
3.2 As produções de sentido na autoria e função-autor	58
3.3 Autoria na escrita	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81

INTRODUÇÃO

A dissertação de mestrado em Linguística emerge dos desdobramentos do Trabalho de Conclusão de Curso no curso de Jornalismo na UFMT em Barra do Garças-MT, em 2014, quando analisamos a Comunicação Viral¹ termo usado para designar informações que virilizavam e se espalhavam nas redes sociais, assim como o boato, o termo denominado na atualidade pelo jornalismo como: *Fake News*, tendo como estudo de caso dois episódios que tiveram grande repercussão em outras mídias, devido aos inúmeros compartilhamentos virais: o da Nokia e o do programa “Bolsa Família”. Desse modo, procurou investigar quais eram os critérios de noticiabilidade que fizeram esses casos virarem pauta para os meios de comunicação tradicionais.

Na época o termo *Fake News* ainda não era usado para denominar notícias falsas e sim comunicação viral, este então passou a ser nossa inquietação neste trabalho como um modo de compreender como a língua retoma termos para designar os objetos no uso da linguagem.

Ao pensar em uma dissertação na Linguística que pudesse se trabalhar com as questões levantadas no término do TCC, e como a nomenclatura de notícia falsa ressurgiu na mídia e se torna popular após 2016, procuramos Teoria da Análise de Discurso levantar essa problematização da língua na linguagem jornalística.

Para tanto, este trabalho, está inscrito na linha teórica da Análise de Discurso, tem como desígnio compreender, pela materialidade discursiva, os efeitos de sentido, do discurso midiático, das *Fakes News* considerando o modo como são compartilhadas nas redes sociais e como adquirem um *status quo* de uma “verdade” para muitos internautas. Perguntamos, ainda, pelo efeito de sentido/do discurso digital da *fake news*, uma vez que o sentido pelo efeito midiático, da velocidade tecnológica disponível produz sentido na linguagem, porém com qual veracidade?

¹ A Comunicação Viral nas Redes Sociais da Internet: Estudo de Dois Casos de Repercussão. Revista Comunicação, Cultura e Sociedade, UNEMAT 2014/1. Acesso em: 30 de jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ccs/article/view/63>

Nossa dissertação em Linguística, se estrutura desde a coleta do material usado pela análise discursivamente da língua na linguagem jornalística em Estudo das Condições de Produção do Movimento Antivacina no Brasil.

O *corpus* de análise é o movimento discursivo denominado Antivacina, que através de informações falsas tem se mostrado relevante para diminuir os índices de vacinação de Sarampo, pois associa a vacina MMR ao aumento de casos de Autismo no mundo. A Análise é feita por três reportagens sobre este movimento, publicadas nos anos de 2017 e 2019 nos sites UOL, BBC Brasil e *The Intercept* e nos deram o objeto de estudo dessa dissertação, através da linguagem jornalística na construção da informação. Outro recorte analisado nesse trabalho, foi o site do Ministério da Saúde, que possui uma página dedicada a desmentir boatos que circulam na internet sobre medicamentos, vacinas e demais questões de saúde pública. As notícias investigadas pelo site recebem um selo do Ministério da Saúde que Adverte: Esta Notícia é Verdadeira: Compartilhe ou Isto é Fake News: Não Divulgue².

Um dos conceitos teóricos mobilizados da Análise de Discurso, diz que a memória é constituída pelo esquecimento, abrangendo saberes já existentes, ocorridos em diferentes lugares, isto é, diferentes condições de produção. Ela nos indica que a constituição de todo discurso provém de uma rede de já-ditos, os quais “afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2001, p. 31). Toda materialidade discursiva é, nesse sentido, heterogênea e relacionada diretamente à exterioridade e a saberes outros, para significar.

Desse modo, o sucesso de uma *fake news* faz pensar o modo como sujeito e mídia se coadunam, interpelam, pelo discurso, a sociedade a ler e a produzir sentidos. A questão instiga a compreender o modo como o que está sendo noticiado, via discurso eletrônico – a *Fake News* toma dimensão. É preciso repassá-las; como diz a sabedoria popular uma mentira contada mil vezes passa a ser uma verdade.

O discurso é efeito de sentidos entre locutores e não há discurso sem sujeito, não há sujeito sem ideologia e é assim que a língua faz sentido. A língua funciona pela memória discursiva, interdiscurso, como afirma Orlandi (2007 *apud* PÊCHEUX, 1975, p.17).

O sujeito, pelo efeito da interpelação, toma cada vez mais o uso das redes sociais para se informar. O acesso à internet é facilitado pela gama de aparatos tecnológicos (*gadgtes*) como *smartphones* e *tablets* que se conectam a uma rede *wireless*, disponível, no cotidiano,

² Fonte: <https://www.saude.gov.br/fakenews>

tais como em muitos estabelecimentos comerciais e locais públicos das cidades. De modo que pelo funcionamento da linguagem frenética e vida social nas redes sociais, um fenômeno crescente é o compartilhamento de notícias denominadas: *Fake News* que não deixa de ser o que conhecemos popularmente como um boato.

Para tratar da questão, Orlandi (2010) coloca como fator importante, pela teoria da Análise de Discurso o silêncio e destacando várias formas em que a pausa, o intermeio das conversas e das palavras significam. É assim que se considera que “o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor; no silêncio o sentido é.” (ORLANDI, 2007, p.31).

Um boato ou fofoca “é um modo de dizer em que há sempre uma diferença a significar, um ruído, protesto, ou falta de verdade”. Portanto, a relação palavra/silêncio é fundamental, pois nisso residem opções do dizer. Para Orlandi (2001, p.43): “o boato é um estado pleno de silêncios”.

Ante a boatos, é fundamental que se busque a dimensão da ausência. Como diz Orlandi:

[...] toda língua está necessariamente em relação com o não-lá, com o não-mais-lá, com o ainda-não-lá e com o jamais –lá da percepção imediata”. [...]Ai daquele que não procura entender a constituição, a formulação e, sobretudo, a circulação de boatos, de fofocas. (Orlandi 2001, p. 45).

Ainda, nesse mesmo sentido Orlandi diz que: “O sujeito ao dizer e/ou enunciar seu discurso se remete ao já-dito, a outros discursos, para quem o sujeito participa em uma sociedade distinta por classes sociais, e onde ele assume diferentes posições ideológicas”. (ORLANDI, 1999, p.16)

Desse modo, com o objetivo de fluidez e melhor compreensão da leitura separamos este trabalho em três capítulos.

No primeiro capítulo, A historicidade do termo *Fake News* na imprensa, buscamos identificar quando foi mencionado pela primeira vez, segundo registros encontrados em um dicionário online, e como era tratado pela práxis jornalística da época. Dentro desse panorama do jornalismo tem-se a ética profissional que condena a prática de divulgar informações falsas tida como sensacionalistas. A prática jornalística é guiada por critérios de noticiabilidade, mas isso não impede que notícias falsas sejam veiculadas na mídia tradicional como o notório caso da Escola Base na cidade de São Paulo, veiculado em 1994.

O segundo capítulo, *Fake News* um dizer em diferentes condições de produção, demonstra os modos de circulação da *Fake News* em diferentes configurações da tecnologia na imprensa com a compreensão da memória discursiva e da memória digital. Chegando ao

acontecimento discursivo, o *corpus*, a Revolta da Vacina, observamos o que o discurso jornalístico noticiava e os deslizos (falhas) da língua(gem) nesse movimento histórico brasileiro no início do século XX. E ainda questionamos quais são os efeitos-rumores, efeitos de sentidos da *Fake News* e seu modo de circulação na internet, *corpus*, a ser analisado no último capítulo, com os recortes das reportagens desse movimento Antivacina.

Finalizamos, no terceiro capítulo, O Movimento Antivacina, mostrando como esse fenômeno contemporâneo da não vacinação e associação das vacinas MMR ao autismo, que tem uma autoria conhecida em uma base científica, pois foi divulgada em artigo em uma prestigiada publicação britânica que provoca efeitos de sentido pela função-autor. Vimos a autoria, na escrita do movimento questionando como isso é difundido na internet pelo funcionamento da linguagem nomeado como Textualidade, pela Análise de Discurso.

CAPÍTULO I

1. A HISTORICIDADE DO TERMO *FAKE NEWS* NA IMPRENSA

Este capítulo tem como proposição trazer, de forma breve, a historicidade do termo *Fake News* supostamente hodierno na imprensa, assim como as suas primeiras menções registradas e disponíveis em jornais. Situando esta palavra *Fake News* através da própria história da imprensa, que surgiu desde o início do século XVI, até o ano de 2016 deste século, quando nos deparamos novamente com seu uso para apontar uma notícia considerada falsa.

O termo *Fake News* nos remete ao século XVI, precisamente o ano de 1575, em que se tem a primeira menção, diferente do habitual e designado com a palavra *False*. Segundo consta no dicionário online *Merriam-Webster*, e nas Epístolas Familiares do Sr. Antonio de Guevara³, o termo referia-se a: mentiras cruéis, mulheres desonestas, falsas esperanças, palavras vãs, malícias duplicadas e amizades fingidas, etc. Ainda, segundo o dicionário online *Merriam-Webster*, em maio de 1807, mais de duzentos e trinta e dois anos após a primeira menção o termo reaparece em uma citação do jornal *Impartial Observer*, em Richmond. A escrita jornalística recai sobre um escritor que espalhava notícias falsas contrariando a lei da época.

Em 1866, quase sessenta anos depois, ressurgiu no jornal *The Detroit Free Press*, dizendo que a imprensa francesa sabe pouco sobre o termo que caracteriza um fato como notícias falsas, o que desagradava ao poder executivo local.

Em junho de 1890, a palavra, *False* é substituída no jornal *Cincinnati Commercial Tribune* pelo termo usual para notícias falsas, que o secretário Brunnell, declara em nota que são falsas as notícias sobre a sua pessoa telegrafada pelo país. No mês seguinte o *The Kearney Daily Hub* publica uma nota assinada por Clarence Collins em que são falsas as notícias de que duas pessoas foram atropeladas pela embarcação Netuno e jogadas na água, como mencionada no jornal *Sunday's Enterprise*. Em maio de 1891, no jornal *The Buffalo Commercial* em uma nota cita o termo sobre que o gosto do público, não deseja por notícias distorcidas como publicadas por um sindicato há dois anos.

³ O termo usado era *False News* segundo o dicionário online *Merriam-Webster* tem sua primeira menção publicada em 1575. Acesso em: 25 de mai. 2019. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/words-at-play/the-real-story-of-fake-news>

Segundo o dicionário online *Merriam-Webster*, o termo *fake news* não é uma novidade, mas quando usado o termo em inglês “new”, está usando a palavra em um sentido mais amplo de seu significado:

The printing and dissemination of spurious news is hardly new, but the term fake news is. However, when say that English word is “new”, we are using a broader meaning of that word than if we were to refer to, say, a musical genre. Fake news appears to have begun seeing general use at the of the 19th century.⁴

No século XXI, após cento e vinte e cinco anos, o termo *Fake News* ressurgiu durante a campanha presidencial norte-americana como aponta a reportagem do *The Huffington Post* escrita pela jornalista Claire Fallon. No dicionário online *Merriam-Webster*, o termo já existia há muito tempo antes do *Pizzagate*⁵ aparecer no *Google Trends*.

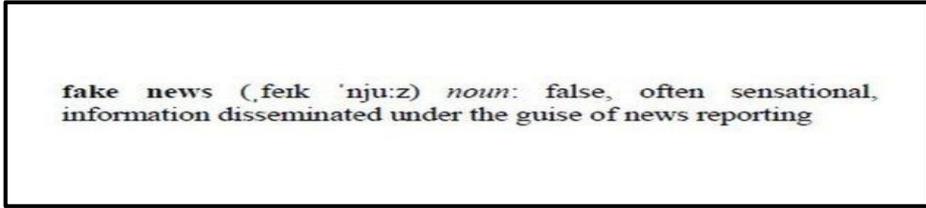
De modo que a expressão *Fake News* se generalizou em novembro de 2016, o mês da eleição nos Estados Unidos, sendo muito usado pelo candidato republicano Donald Trump e citado por alguns estudiosos como o pai da expressão *Fake News* na atualidade. Estas matérias falsas exploravam os preconceitos ou vieses já existentes dos leitores para receberem cliques com mentiras, como a de que Hillary Clinton teria guardado cédulas de voto fraudulentas, em galpões, como na matéria do *The New York Times* do jornalista Scott Shane⁶.

Em 2017, tem-se duas palavras que foram eleitas pelo tradicional dicionário britânico Harper Collins, que todos os anos elege, a palavra do ano de acordo com as menções dos termos mais buscados na internet:

⁴ Em Tradução livre: A impressão e disseminação de notícias espúrias são dificilmente novas, mas o termo notícia falsa é. No entanto, quando dizemos que a palavra em inglês é “nova”, estamos usando um significado mais amplo dessa palavra do que se nos referíssemos a, digamos, um gênero musical. Notícias falsas começaram a serem usadas em geral no século XIX.

⁵O *Pizzagate* tomou tamanha proporção nos EUA que foi investigado pela polícia do Distrito de Colúmbia, onde fica a capital, Washington, mas nenhuma das alegações foi provada. Já o FBI sequer chegou a entrar no caso por falta de evidências concretas e descobriu-se ainda que os rumores do *Pizzagate* foram espalhados por sites de extrema-direita e apoiadores de Donald Trump, dispostos a tudo para prejudicar Hillary Clinton em uma das eleições mais apertadas da história norte-americana – vale ressaltar, porém, que nunca ficou comprovado qualquer envolvimento direto do atual presidente no caso. Acesso em: 25 de mai.2019. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/pizzagate-o-escandalo-de-fake-news-que-abalou-a-campanha-de-hillary/>

⁶Ele criou uma história falsa sobre um trabalhador da indústria elétrica que tropeçou em caixas empilhadas de cédulas pré-marcadas para Hillary Clinton. Matéria publicada online no jornal *The New York Times* em 18/01/2017. Acesso em: 25 de mai. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/01/18/us/fake-news-hillary-clinton-calem-harris.html>



fake news (,feɪk 'nju:z) noun: false, often sensational, information disseminated under the guise of news reporting

Figura 1: o termo *Fake News* a palavra do ano no dicionário Harper Collins⁷.

Segundo a matéria do site BBC, o termo: *Fake News* (notícias falsas), foi um termo amplamente usado por Donald Trump quando estava em campanha para a presidência, em geral, para se referir a notícias negativas sobre ele. Diante desse movimento de linguagem, o termo toma corporeidade e parece sofrer uma elasticidade em que o mundo inteiro passou, discursivamente, a usar o referido termo. Em 2017, as menções a *fake news* aumentaram 365%⁸.

A reportagem do jornal *The Huffington Post* apura que o termo "entrou para o uso geral no final do século 19" como é textualizado, atualmente. O jornal cita vários artigos noticiosos da década de 1890, incluindo um texto de 1891 publicado no "*The Buffalo Commercial*" (de Buffalo, Nova York), que declarou em tom otimista: "O gosto público não aprecia as 'falsas notícias' (*fake news*) e as poções de 'demônio especial', como as que lhe foram servidas por um serviço noticioso local há um ou dois anos" FALLON (2017). A explicação para a mudança de *False* para *Fake* segundo a jornalista Fallon é puramente uma questão da adjetivação na língua inglesa.

A palavra *fake* também é relativamente recente. *Fake* era pouco usado como adjetivo antes do final do século 18." Antes do final do século 19, os anglófonos utilizavam um termo alternativo para descrever o que hoje chamamos de "*fake news*": "*false news*". (FALLON, 2017).

Para a Análise de Discurso, pela noção teórica de condição de produção, pode-se depreender que as palavras têm a sua significação, o seu sentido determinado por questões históricas e políticas, uma vez que a exterioridade se significa na língua. Nessa direção entende-se como condição de produção, que incluem o contexto sócio histórico, ideológico, conforme Orlandi (2010):

As condições de produção implicam o que é um material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o

⁷ A palavra do ano no dicionário Harper Collins. Acesso em: 10 de out. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41843695>

⁸ Idem ao 7.

mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócia histórica. (ORLANDI, 2010, p, 40).

A mudança do termo *false* para *fake* não ocorre pelo apagar das luzes. Isto significa compreender que as palavras têm a sua vivência, afetada pelo movimento histórico, como pontuou Fallon (2017). Dito de outro modo, a palavra não está apartada dos acontecimentos, das relações entre o sujeito e o mundo. Ao contrário, podemos dizer, ainda, pela equivocidade, ou seja, o equívoco na língua se dá pela sua movência, nesse jogo da palavra e com a palavra, entre sua estabilidade do acaso e uma necessidade linguística da palavra em ser pronunciada e escrita em distintas épocas e condições tem a sua significância. Assim:

O que temos a dizer é que reconhecer o jogo da palavra é fortemente administrado e explicitar a organicidade desse poder dizer não significa poder, dominá-lo. Ao contrário, o que a Análise de Discurso mostra é a equivocidade desse poder, o fato de que ele está à cavalo sobre a língua e a história, entre a necessidade e o acaso, entre a certeza e o equívoco, entre a estabilidade e a movência, entre a vontade e a indiferença. Não há nem um agente onipotente na origem e nem um poder institucional todo poderoso no fim. (ORLANDI, 1998, p. 17).

O jogo da palavra é parte do processo de linguagem da substituição de uma palavra que entra em desuso por outra para que passe a expressar “melhor” o seu sentido em um significar diferente. Essa adequação da língua no cotidiano faz com que as palavras sejam substituídas, porém não existe uma imposição oficial para tal mudança. Em outras palavras, é parte do próprio movimento linguístico.

1.1 A Imprensa Amarela sinônimo de sensacionalismo.

O termo sensacionalismo, segundo Tófoli (2008) é reconhecido no novo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros conforme o seu art. 11: “o jornalista não pode divulgar informações de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário dos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes”. Para Tófoli (*idem*): “o sensacionalismo seria, então, tornar sensacional aquilo que não necessariamente o é. O produto, no caso, a notícia, extrapola a realidade, extrapola a si mesma” (p, 47).

O jornalismo ético atua como uma prática democrática. Segundo Labasse (2017):

O jornalismo ético, no sentido de uma prática preocupada com os indivíduos como seres humanos, preocupado com a democracia e a responsabilidade pelo que está escrito, é mais importante do que a noção de neutralidade moral que é incorporada na técnica de reportagem objetiva (LABASSE (2017) *apud* COHEN-ALMAGOR, 2008, p. 150).

Desse modo o jornalismo ético é posto em xeque quando surge a imprensa amarela, na década de 1890, nos Estados Unidos. Esta é reconhecida como sendo sensacionalista. Essa denominação emerge, à época, como um modo de dizer, de particularizar os jornais que inventavam informações com fins de aumentar suas vendas com matérias tidas como sensacionalistas. A imprensa difundida como sensacionalista surgiu na disputa no final do século XIX, entre os jornais *New York World*, editado por Joseph Pulitzer e *The New York Journal*, editado por William Randolph Hearst. Conforme Coutinho (2015):

A disputa entre os dois jornais pelo personagem de quadrinhos, e principalmente pela liderança nas vendas, foi tão marcante que os críticos ao estilo sensacionalista do “*World*” e do “*Journal*” começaram a utilizar o termo “*yellow press*” (imprensa amarela) para jornais que tinham uma linha editorial baseada no sensacionalismo e abusavam de manchetes em letras garrafais, grandes ilustrações e exploração de dramas pessoais. COUTINHO (2015).

Depreende-se que a disputa mercadológica e pelo personagem *Yellow Kid* entre os jornais *World* e *Journal* marca o termo da imprensa amarela ser sensacionalista nas manchetes dos jornais e explorarem os dramas pessoais inflamando um acontecimento cotidiano nova-iorquino. O “Sensacionalismo é apenas o grau mais radical de mercantilização da informação” conforme Marcondes Filho (1986, p. 66).

A característica de um jornal sensacionalista são as manchetes exageradas sobre crimes, vida dos famosos e às vezes ficcionais como descreve Emery:

Em 1900, cerca de um terço dos diários metropolitanos seguia a tendência sensacionalista estabelecida em Nova York pelo *Journal*. Os jornais competidores voltaram-se para os assuntos familiares do sensacionalismo: crime, sexo, feito de famosos e infames, desastres e novas guerras. Os artifícios da imprensa sensacionalista continuaram sendo usados: manchetes alarmantes e ficções sensacionais; histórias lúgubres, muitas delas forjadas; atenção para notícias sem importância, mas excitantes; os suplementos coloridos da edição dominical e pródigas de ilustrações com as fotografias cada vez mais reclamadas (EMERY, 1965, p. 448)

No Brasil, segundo Emilio Coutinho (2015), o uso do termo “Imprensa Marrom” é inspirado na expressão norte-americana “*yellow press*”⁹ (imprensa amarela). Por aqui, a expressão de imprensa amarela surge na década de 1960.

⁹ “*Yellow Jornalismo*” que primeiro parece alcançar o clamor generalizado e o tom de febre do escândalo familiar hoje em dia. Por que amarelo? As razões não são totalmente claras. Algumas fontes apontam para a tinta amarela que as publicações às vezes usam, apesar de ser mais provavelmente do popular desenho animado

A mudança de cores tem diversas versões. Uma delas diz que se fez uma apropriação do termo francês para procedimento não muito confiável: *imprimeur marron* (impressor ilegal), expressão utilizada na França para designar os jornais impressos em gráficas clandestinas. Segundo Alberto Dines, o termo foi utilizado pela primeira vez em 1960, quando ele, ao noticiar no Diário da Noite o suicídio de um cineasta, escreveu que a tragédia era o resultado da atuação irresponsável da “imprensa amarela”. A vítima havia sido chantageada pela revista Escândalo. Ao passar pelas mãos do chefe de reportagem, Calazans Fernandes, a expressão foi alterada para “imprensa marrom”, pois segundo ele o amarelo era uma cor alegre, e o marrom seria mais apropriado por ser a cor dos excrementos. Há ainda uma terceira versão segundo a qual a cor marrom seria de forma racista ligada a clandestinidade e ilegalidade, por associação aos escravos que fugiam ou viviam de forma ilegal no país. (COUTINHO, 2015).

A imprensa tem um código de conduta ético de não noticiar um suicídio, enfatizando-o em suas manchetes dos jornais, para não incentivar outros suicidas a tentarem contra suas vidas. Geralmente os jornais e páginas policiais que o fazem são considerados sensacionalistas pela imprensa. O jornalista Alberto Dines (COUTINHO 2015), acusa a revista Escândalo de chantagear o cineasta levando-o a cometer suicídio.

O personagem *Yellow Kid* de 1867, publicado pelo *New York Journal* seria a referência a este jornalismo, na ilustração (figura 1) *The Yellow Kid takes a hand at golf*, o personagem vestido de uma camisola amarela com algumas supostas manchetes sensacionalistas com as pessoas durante uma partida de jogo de golfe.

O uso da camisola amarela pelo personagem e também por ser de pele amarelado traz uma referência clara à imprensa. Para Lage (1985, p.21), do ponto de vista do jornalismo, é pela simbologia das cores, nos projetos gráficos dos jornais e revistas que o amarelo simboliza a tensão.

Yellow Kid que apareceu pela primeira vez no *New York World* de Joseph Pulitzer, e mais tarde no de William Randolph Hearst. *New York Journal*, os dois jornais envolvidos na guerra de circulação no coração do furor. Acesso em: 26 de mai. 2019. Disponível em: <https://publicdomainreview.org/collections/yellow-journalism-the-fake-news-of-the-19th-century/>



Figura 2: Personagem *Yellow Kid* de Richard Felton Outcault publicado no *New York World*, que caracterizou depois como representação do *Yellow Journalism* (imprensa Amarela).

Para Galiego (2013), quando um jornalista comete um equívoco em relação a uma notícia falsa como algo verdadeiro, no jargão jornalístico, se diz barrigada¹⁰. Isto acontece por diversos motivos, dentre estes, principalmente por confiança demasiada na fonte da informação. A título de exemplo, diz Galiego (*op.cit.*), o caso clássico de barrigada no jornalismo brasileiro, ocorre em 1983 com a revista *Veja*¹¹, quando publica a matéria atribuída à revista científica *New Science*:

Um caso famoso de barrigada é o da revista *Veja* que, em 1983, publicou uma notícia científica, retirada da revista inglesa *New Science*, como sendo verdadeira, quando, na verdade, se tratava de uma brincadeira do dia 1º de abril (Dia da Mentira). O problema maior é que a notícia sequer parecia real. De acordo com a publicação inglesa, dois biólogos de Hamburgo, na Alemanha, teriam fundido pela primeira vez células animais com células vegetais – as de um tomateiro com as de um boi – formando o “boimate”. Enfim, por si só a notícia já era um blefe. E serve para comprovar que este tipo de equívoco é passível de acontecer com qualquer profissional de qualquer veículo. Por isso mesmo a atenção dos jornalistas deve ser redobrada no momento de transformar uma informação em notícia. É preciso levar em consideração sua relevância social, questionar todos os lados envolvidos e atentar para dados e números informados. GALIEGO (2013).

Pode-se dizer, a partir do que formula Galiego (*op.cit.*), que a confiança na fonte científica da *New Science* levou a Revista *Veja* a publicar, sem se atentar para a brincadeira da

¹⁰ “Barrigada” é o mesmo que fracasso para qualquer jornalista. Um furo pode se transformar em uma barriga, mas uma barriga nunca será um furo. Tecnicamente, a barriga ocorre quando o jornalista divulga uma informação equivocada. Enquanto o furo é o resultado da criação de uma pauta relevante e inovadora. Acesso em: 26 de mai. 2019. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/ed757/o-furo-e-a-barriga/>

¹¹ Em 1983, a revista *Veja* na edição 764 de 27 de abril, reproduziu uma reportagem inverídica publicada pela revista *New Scientist* sobre um fruto resultante da fusão de células de boi com tomate. Acesso em 29 de ago. 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI175290,101048Dia+da+mentira+Relembre+a+brincadeira+de+1+de+abril+do+boimate>

data feita pela revista *New Science* e suas condições de produção com os seus leitores, que sabiam que se tratava de uma mentira, devido ao 1º de abril. Pela teoria da Análise de Discurso compreende-se que o discurso é constituído de condições de produção em que a historicidade se significa.

Conforme Dias (2004), ancorada em Orlandi (1999), na Análise de Discurso, é pelo efeito da própria materialidade do discurso midiático que a homogeneidade vai produzir-lhe a variação.

Porém, cabe aqui remeter à distinção entre a criatividade e a produtividade elaborada por Orlandi (1999) para compreendermos que não pode haver um sentido preso a uma mensagem, nem um sentido à deriva, um sentido qualquer. A produtividade, regida pelo processo parafrástico, *mantém o homem num retorno constante ao mesmo espaço dizível: produz a variedade do mesmo*. E a criatividade, regida pela polissemia, *faz intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a língua. Irrompem assim sentidos diferentes*. (DIAS, 2004, p.66).

E se pensarmos em distintas condições de produção, o termo *Fake News* que circula na mídia jornalística desde a invenção da imprensa, e com diversas expressões diferentes, foram sendo substituídas com o passar dos anos pelo aprimoramento da linguagem jornalística e até chegarmos ao termo habitual da contemporaneidade.

1.2 Escola Base e a repercussão do erro da imprensa brasileira

Em 1994, um dos casos mais emblemáticos e estudados de barrigada (*fake news*) (re)produzidos pela imprensa brasileira, recai sobre os donos e funcionários da Escola de Educação Infantil Base, em São Paulo. Os donos da escola foram acusados de abusarem sexualmente dos alunos da sua escola, dentro da kombi (figura 3, p.24). A notícia decorre a partir da denúncia de duas mães de alunos da escolinha infantil¹².

Segundo o artigo de Gabriela de Barros Silva (2018), publicado no site Canal Ciências Criminais, a denúncia foi na 6ª Delegacia de Polícia, na zona sul de São Paulo (SP). De nossa parte interessa pensar, discursivamente, a posição da escola e de outro lado, a polícia. Posições distintas diante de um discurso x. O Caso Escola Base¹³ teve grande repercussão em

¹² Capa do jornal Notícias Populares sobre a Escola Base. 2013. Acesso em: 29 de jun.2020. Disponível em: <http://www.casadosfocas.com.br/o-caso-escola-base-1a-parte/escola-de-base/>

¹³ Dois livros foram lançados sobre o tema do jornalista Ale Ribeiro saiu em 1995 “Caso Escola Base – Os Abusos da Imprensa” e o livro-reportagem “Escola-Base: onde e como estão os protagonistas do maior crime da imprensa brasileira” do jornalista Emílio Coutinho em 2017. O caso também é muito estudado até hoje em cursos de Comunicação Social no Brasil sobretudo na disciplina de Ética. Acesso em: 05 de ago. 2019. Disponível em: <https://ponte.org/livro-reportagem-esmiuca-o-caso-escola-base-um-dos-maiores-erros-da-imprensa-no-brasil/>

vários aspectos e tornou-se ponto de debates, de pesquisas, estudos, necessariamente sobre a linguagem jornalística, e o modo como a notícia produz efeitos de sentido.

De modo que há um dizer sobre e não o discurso da escola, ou seja, são posições antagônicas, de força. A questão do movimento da linguagem faz pensar as formações imaginárias, constitutivas do discurso, tal como pontua Pêcheux (1997), que vai de um simples pedido de informação até uma discussão, o debate, o confronto.

Nesse espaço de necessidade equívoca, misturando coisas e pessoas, processos técnicos e decisões morais, modo de emprego e escolhas políticas, toda conversa é suscetível de colocar em jogo uma bipolarização lógica das proposições enunciáveis – com, de vez em quando, o sentimento insidioso de uma simplificação unívoca, eventualmente mortal, para si-mesmo e/ou para os outros. (p, 33).

Para Silva (2018), no que se refere à midiatização do caso, esta ocupa uma posição importante em âmbito de repercussão. Neste caso, quando a notícia se torna veiculada em jornal de cunho nacional toma uma carga semântica pelo modo como abrange a nação. Assim, o modo de dizer, por vezes, joga com o interlocutor e pontos incisivos sobre como um fato x ou y entrarão em discussão, em conversas na sociedade. Vejamos o modo como Silva (*op.cit*), remete a relação discursiva entre mídia e no caso, a escola:

A mídia, no geral, sensacionalizava o fato, explorando o sofrimento das mães e deixando de lado a ética jornalística. Atenta-se que, até esse momento, os suspeitos sequer haviam prestado depoimento à polícia. A pressão da imprensa foi tanta que Richard, um americano que não possuía qualquer ligação com o caso, foi preso, ainda que tenha sido solto nove dias depois. O caso tornou-se referência obrigatória em discussões em cursos de Direito e Jornalismo no Brasil. (SILVA, 2018).

A linguagem jornalística, nesse caso, explora o sensacional da história focado apenas no depoimento da posição-sujeito: “explorando o sofrimento das mães e deixando de lado a ética jornalística. Atenta-se que, até esse momento, os suspeitos sequer haviam prestado depoimento à polícia”.

Na Análise de Discurso, ancorada em Pêcheux (1997), compreende-se que: “nesses espaços discursivos supõe-se que todo sujeito falante sabe do que fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação”. Assim, pelo discurso observa-se aquele que diz e o modo como e diz produz efeitos de sentidos. Segundo Lage (1985), pela linguagem jornalística essas capas de jornais chamativas são uma solução gráfica na redução de fatores de ênfase.

Executando a colocação mais acima ou mais abaixo na página, a fotografia grande e a eventual – não obrigatória – manchete, o que tinha era a igualização das matérias, como se o editor se isentasse da responsabilidade de avaliar a importância relativa

dos conteúdos. Esse encargo transferia-se, presumivelmente, ao leitor, cuja emoção deveria despertar-se após a leitura, e não antes dela. (p. 15).



Figura 3: Capa do jornal Notícias Populares com a manchete “sensacionalista” sobre a Escola Base¹⁴.

A capa do jornal Notícias Populares (figura 3) faz uma ligação do texto com a exterioridade quando afirma que a Kombi era motel. No modo como o discurso é posto no jornal faz pensar sobre memória linearizada. Essa memória linearizada, segundo Orlandi (2008), é a textualização do discurso. Ou seja, a língua tem o seu funcionamento, a textualização discurso/texto.

A relação do sujeito com a memória (interdiscurso), como dissemos, toma forma, se materializa na relação sujeito/autor, discurso/texto. Na textualização, esta forma de organização do dizer (da história, do sentido, do poder) nas diferentes regiões se faz presente. Embora o interdiscurso não seja representável, seus efeitos estão representados na articulação das diferentes formações discursivas que recortam o texto de forma desigual. (ORLANDI, 2008, p.115).

De modo que o título do jornal, neste caso, enfatizando que a Kombi escolar era o motel, produz distintos sentidos dados os efeitos das diferentes formações discursivas presentes na formulação. A formação discursiva é a materialização da ideologia. Essa se materializa no discurso e o discurso se materializa na língua. A ideologia possibilita o efeito de evidência ao sentido. Assim, há sentidos que recortam apenas o título de forma desigual, que reclamam gestos de interpretação, com os dizeres: kombi, motel e escolinha do sexo. Isso relaciona com o sujeito leitor, com a memória, pois se materializou no título em destaque essa relação do sujeito/autor (o jornal) com o discurso/texto (o título).

Segundo Silva (2018), o delegado Gérson de Carvalho inocentou os acusados envolvidos e o inquérito policial foi arquivado. Porém, a imprensa já havia culpabilizado

¹⁴ Reportagem de Paulo Silvestre sobre a Escola Base: Morre outra vítima da imprensa. 2014. Acesso em: 26 de mai. 2019. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/blogs/macaco-eletrico/morre-outra-vitima-da-imprensa/>

todos, embora tenha iniciado a sua série de retratações – nunca na mesma potência – focando nas verdadeiras vítimas. Esses dois recortes de jornais da época, dizem de certo modo sobre a cobertura da mídia, em um primeiro momento, acusatória (figura 3, p,24).

No segundo momento, com o caso já midiaticizado conforme Silva (2004), o relatório da polícia diz que não houve abuso na Escola Base (figura 4), encerrando o caso. Pelos estudos do discurso remetemos a Mariani (1998, p. 60) que considera no discurso jornalístico um discurso sobre, ou seja: “um efeito imediato do falar sobre é tornar objeto aquilo sobre o que fala”. Assim, pode-se pensar primeiro o discurso sobre, neste caso, o suposto abuso e a posteriori sobre a conclusão de que não houve o abuso.

Na atualização de seus estudos sobre o discurso jornalístico impresso, Mariani (2018) discorre que: “estabelece de um outro lado a existência de *truth*, da possibilidade de descrição objetiva dos tais fatos, e se inscreve auto referencialmente, portanto, como lugar do discurso da seriedade” (ORLANDI, 1983 *apud* MARIANI, 2018, p. 07).



Figura 4: Manchete do Jornal Estado de S.Paulo¹⁵ sobre o desfecho das denúncias contra os donos da Escola Base.

O texto jornalístico torna-se público, a partir do relatório, que não houve abuso na escola Base. O relatório funciona como o status de verdade sobre os boatos sobre a escola, conforme Notícias Populares. Para Orlandi (2008), é de suma importância que se questione a evidência, a materialidade da língua.

Na língua “se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como incontornável tendência em representar as origens e os fins últimos, o que está além, o para lá e o invisível” (M. Pêcheux, p.54). Com efeito, essas considerações nos conduzem a pensar o modo de existência dos sentidos. Onde estão os sentidos? De onde vêm? De onde tiram eles sua validade? Que estatuto dar à separação entre verdadeiro e falso, quando se pensa discursivamente? Que relação estabelecer entre fato e linguagem? (ORLANDI, 2008, p, 127).

¹⁵ Idem 14

Esses questionamentos aqui levantados por Orlandi (2008) são pertinentes para pensar a pauta jornalística e seu efeito de verdade da palavra Relatório, do início no título, a sua origem e, no fim do relatório, isso sem entrar na matéria, na manchete do jornal, os boatos sobre a Escola Base. Observa-se que tem um segundo título: “Acusados pretendem processar o Estado”, de modo que a materialidade discursiva do relatório está no movimento do dizer (verdade).

Segundo Tófoli (2008, p. 28) a verdade é condição precípua, intrínseca ao jornalismo e como acentua o art. 4º do Código de Ética do Jornalismo: “o compromisso fundamental do jornalismo é com a verdade no relato dos fatos”. Essa verdade jornalística, no texto em análise, fundamenta-se na materialidade discursiva do relatório da polícia que, pelo dizer, desmente todo o caso de abuso na Escola Base, conforme a matéria do jornal (figura 4, p,25).

A ética torna-se fundante no meio de produção, isto é, tratado no trabalho de Gislene Silva (2004), que reúne alguns pensadores da área da Comunicação em “Para pensar em Critérios de Noticiabilidade¹⁶”. O discurso falacioso, de uma notícia x produz pela repetição uma limosidade que faz pensar a ética, no texto jornalístico.

A ética jornalística, no caso da Escola Base, faz pensar sobre retratação pelos meios que divulgaram as inverdades e o noticiou. Tófoli (2008) traz uma reflexão sobre isso, com base em Pena (2005), que pontua:

Não há fibrose. O tecido atingido pela calúnia não se regenera. As feridas abertas pela difamação não cicatrizam. A retratação nunca tem o mesmo espaço das acusações. E mesmo que tivesse, a credibilidade do injustiçado não seria restituída, pois a mentira fica marcada no imaginário popular. Quem tem a imagem pública manchada pela mídia não consegue recuperá-la. Está condenado ao ostracismo. (TÓFOLI, 2008, p, 55).

A retratação nunca tem a mesma proporção na mídia do que as acusações, geralmente nem viram primeira página, são apenas erratas em uma página do jornal, ou um pedido de desculpas na TV, em menor espaço de tempo do que o dedicado para narrar os fatos. No jornal Estadão (figura 4, p,25), o relatório cumpre esse papel de assumir essa culpa e se retratar, sem marcar pela errata.

¹⁶ Reflexão sobre a distinção do conceito de valores-notícia frente aos conceitos de seleção de notícia e noticiabilidade se encontra no trabalho apresentado pela autora na II SBPJor, Salvador, Ba, nov.2004. Acesso em: 26 de mai. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091>

Tófoli (2008) pontua sobre a questão da notícia pelo que Henn (1996) expõe: “que um acontecimento pode se tornar notícia sem ser necessariamente atual ou verdadeiro” (p.37).

Em sua argumentação, parte do princípio de que a notícia, a rigor, não é informação, mas porta informações. Assim, os acontecimentos podem ser atualizados para se tornarem notícia. No que diz respeito ao quesito “verdade”, outro questionamento. O autor chama atenção para a possibilidade de que “existem notícias falsas”, o que pode acontecer das mais diversas maneiras, entre as quais a própria informação inverídica prestada por uma fonte. Além disso, um relato não é necessariamente o fato em si. (TÓFOLI, 2008, p. 37).

Os jornais por vezes, pelo discurso, usam dessa forma demonstrada por Henn (1996) para fazerem os acontecimentos se tornarem uma notícia. Ou seja, nos casos dos recortes em análise, cada qual se inscreve em distintas formações discursivas para noticiar sobre. Isso é a construção da narrativa jornalística que acontece através dos critérios de noticiabilidade.

Os critérios estão associados aos valores éticos da empresa jornalística e suas condições de produção, cultura profissional da categoria, julgamentos pessoais do próprio jornalista, a qualidade do material, seja no impresso ou em imagem. Circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais são o que pautam a construção de uma reportagem e a realização do trabalho jornalístico no meio impresso, televisivo, radiofônico ou digital.

[...] a criação das notícias é sempre uma interação de repórter, diretor, editor, constrangimentos da organização da sala de redação, necessidade de manter os laços com as fontes, os desejos da audiência, as poderosas convenções culturais e literárias dentro das quais os jornalistas frequentemente operam se a pensar. (CORREIA *apud* SILVA, 2004, p.96).

Em seu compêndio Silva (2004) pondera qual é o processo de criação da pauta jornalística arraigada com os critérios de noticiabilidade (*newsworthiness*) estudados nas escolas de Comunicação em todo o mundo. A autora questiona que:

No percurso dessa longa cadeia produtiva da notícia que devemos investigar a rede de critérios de noticiabilidade, compreendo noticiabilidade como todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia. (SILVA, 2004, p.96).

Existem instâncias ou conjuntos distintos de noticiabilidade, como apontados por Silva (2004), que estão diretamente relacionados, de certo modo: na origem dos fatos, no tratamento dos fatos e na visão dos fatos. Essas relações que determinam o modo como as notícias são dadas nos meios de comunicação e estão ancoradas nos critérios de noticiabilidade do jornalismo.

Segundo Silva (2004) esses critérios não funcionam de modo isolado, na prática da produção noticiosa, pois atuam simultaneamente. Para Wolf (2003), a noticiabilidade funciona como o resultante da cultura profissional e seus valores como da organização do trabalho.

A noticiabilidade é constituída pelo complexo de requisitos que se exigem para os eventos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos aparatos informativos e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas –, para adquirir a existência pública de notícia. (WOLF *apud* SILVA, 2004, p.96).

Conforme Wolf (2003), esse produto informativo é construído e pautado pelos critérios de noticiabilidade, sendo resultado direto de uma série de negociações orientadas sistematicamente. O objetivo consiste em ser inserido no meio jornalístico. Essas negociações, contudo, são tarefas dos jornalistas, função de fatores de diferentes graus de importância e austeridade ocorridos em diversos momentos do processo de produção da notícia.

Segundo Guimarães (2016) *apud* Mariani (1998), o discurso jornalístico e a imprensa possuem uma própria memória como instituição, memória esta que atua como um “filtro” ao significar e ressignificar o mundo e os fatos retratados. Assim, percebemos que os sujeitos reconhecem a Imprensa como “produtoras de notícias”, pelas práticas jornalísticas estarem inscritas na história desta forma.

As instituições que se estabelecem tornam-se visíveis socialmente através de práticas e/ou rituais sociais, pela circulação de seus produtos e, sobretudo, através dos sistemas de normas e leis (ou seja, mais discursos) que se vão organizando conforme o discurso institucional vai se moldando/transformando, e vice-versa. (GUIMARÃES, 2016, p. 28).

Guimarães (*op.cit*) discorre que as empresas produzem um efeito de divulgação da informação. E conforme Mariani (*op.cit*) são os manuais de jornalismo que orientam a prática jornalística e assim criam o mito da comunicação.

É interessante notar que, escritas por profissionais da imprensa ou por teóricos da comunicação, essas normas técnicas de redação constroem o mito da informação jornalística com base em outro mito: o da comunicação linguística. Responsabilizando o jornalista pelo relato mais ou menos fidedigno dos fatos, nesses manuais o que se está enfatizando é o “poder dizer”, uma onipotência do sujeito com relação à linguagem. Informar e opinar, desse ponto de vista dicotomizado, resultam da capacidade (ou interesse) do responsável pela notícia em manipular a linguagem. (MARIANI, 1998, p.52).

Os manuais que dizem quais as técnicas de redação e assim constroem o que é essa informação jornalística com base no que a Análise de Discurso denomina ser a comunicação linguística. O produto resultante desses manuais é a notícia. Para conceituarmos o que seria a notícia, buscamos nos estudos dos meios de comunicação de massa de Park (1970) que traz uma proposição sobre a notícia ser como uma forma de conhecimento que possui características relativas ao presente.

Como forma de conhecimento a notícia não cuida essencialmente nem do passado nem do futuro, senão do presente e por isso foi descrita pelos psicólogos como presente especioso. Pode se dizer que a notícia só existe neste presente [...] A notícia só notícia quando chega às pessoas [...] Publicada e reconhecida sua significação o que era notícia se transforma em história. Essa qualidade transitória e efêmera é da própria essência da notícia. (PARK, 1970, p. 175).

Park (1970) condiciona a notícia ao tempo presente e quando esta chega ao público, que reconhece sua significação histórica, e assim ela se torna efêmera, o que é própria de sua condição e está na essência do que é ser notícia.

Com Nelson Traquina (2001), temos a comunicação baseada na teoria etno-construcionista (*newsmaking*) considerando as notícias resultantes de um processo de produção perceptivo e selecionador de transformação de uma matéria-prima, que seria os acontecimentos cotidianos. Silva (2004) aponta que isso seria muito reducionista pensar em noticiabilidade somente como conjunto de elementos por meio dos quais as empresas jornalísticas controlam e administram a quantidade e tipos de acontecimentos ou apenas como o conjunto de elementos inerentes que demonstram a aptidão ou potencial de um evento para ser transformado em uma notícia. Assim, necessita de que:

[...] esse produto resulta de: características tecnológicas de cada meio noticioso, logísticas de produção jornalística, imperativos comerciais, retraimentos orçamentais, inibições legais, disponibilidade de informação das fontes, necessidade de narrar o fato de modo inteligível e atraente, para um determinado público. (SILVA, 2004, p.97).

A noticiabilidade jornalística é conjunta de todo o processo, acrescentada das questões etno-epistemológicas¹⁷, assim como Labasse (2017) pensa sobre essa questão que desloca do tradicionalismo da epistemologia.

¹⁷ Embora as contradições advindas do senso comum e do *habitus* profissional possam explicar que nem o público em geral nem os profissionais atribuem um valor ou uma especificidade etno-epistemológica particular às abordagens jornalísticas, não se opõem, evidentemente, em nada a que esses processos sejam examinados sob este ângulo, já que o jornalismo visa, de uma forma ou de outra, adquirir e transmitir conhecimento sobre o

De fato, interrogar-se sobre a epistemologia do jornalismo tem pouco significado de acordo com a distinção epistemológica tradicional, e ainda amplamente compartilhada, opondo-se ao conhecimento digno deste nome – o domínio do saber legítimo – e a simples crença, advinda da experiência cotidiana e socialmente sobre determinada. (LABASSE, 2017, p. 09).

A necessidade de separar as notícias por critérios noticiáveis surge da constatação cotidiana de que não há espaço para se publicar nos veículos informativos a infinidade de acontecimentos. Segundo Costa e Mendes (2014):

Delimitar valores-notícia separadamente do conceito de seleção de notícias, definir valores-notícia como atributos do acontecimento e reconhecê-los ao mesmo tempo como construção social e cultural é apenas um primeiro procedimento para pensar a noticiabilidade, cujo processo exige muitas outras reflexões, passando, como etapas seguintes, pelo tratamento dos fatos noticiosos e pela interpretação que a notícia faz desses acontecimentos. (SILVA, 2004, p.106)

Os critérios de noticiabilidade que fizeram o caso Escola Base estar na mídia foram drama e proximidade, pois a cada momento a população acompanhava como num folhetim os desdobramentos dos fatos. Mesmo depois de anos ainda se tem desdobramentos do ocorrido, na época, e há uma curiosidade sobre o que aconteceu com os envolvidos e as consequências de tanta exposição midiática em suas vidas.

Para Lage (1985), a exploração da mídia está relacionada ao acontecimento histórico das notícias na construção da narrativa midiática.

A informação é acontecimento histórico, é parte de uma narrativa. Os eventos políticos, econômicos ou artísticos se interligam e cada novo evento altera o quadro de situação, fazer prever desdobramentos. LAGE (1985, p. 46).

O discurso jornalístico para Análise de Discurso é um discurso sobre algo e coloca o mundo como o seu objeto, e a imprensa não é este mundo, mas deve falar sobre este.

Mariani (1989) diz que:

[...] retratá-lo, torná-lo compreensível para os leitores. O cotidiano e a história, apresentados de modo fragmentado nas diversas seções de um jornal, ganham sentido ao serem conectados interdiscursivamente a um “já-lá” dos assuntos em pauta. (MARIANI, 1989, p. 61).

O discurso jornalístico é algo sobre o que rememora alguns sentidos nos leitores pela leitura fragmentada e seccionada no folhear do jornal impresso. E que este discurso está conectado com a pauta do jornal.

O jornalismo ainda funciona como uma prática da verdade para a sociedade capitalista. Segundo Labasse (2017):

É o que procura o jornalismo - uma forma prática ou funcional de verdade. Esta não é a verdade em um sentido absoluto e filosófico. Esta não é a verdade de uma equação química. Mas o jornalismo pode - e deve - procurar a verdade em um sentido que podemos operar no cotidiano. (KOVACH and ROSENSTIEL, 2001, p. 42).

O jornalismo ainda opera com essa noção de verdade no cotidiano da sociedade, e assim as *fakes news*, funcionam como uma não verdade do que está sendo compartilhado atualmente, porém todo ato pode ser cometido de falhas. O jornalismo também cria aquilo que condena, com base nos critérios de noticiabilidade e por seguir políticas editoriais das empresas de comunicação.

O percurso sócio histórico do termo *fake news* de desdobramento de uma notícia falsa, abre questões para se compreender o modo de funcionamento da linguagem. A questão se abre a gestos de interpretação ORLANDI (2010), a pensar o modo como o sujeito e o sentido se constituem simultaneamente. Como também procurar discutir, pelo material de análise, as formações imaginárias que uma determinada matéria jornalística pode vir suscitar. Passaremos ao capítulo II e tentaremos compreender as *fakes news* em diferentes condições de produção, com os efeitos de sentido, o efeito-rumor e a noção de memória discursiva sobre *fake news*.

CAPÍTULO II

2. FAKE NEWS: UM DIZER EM DIFERENTES CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Os estudos da linguagem em uma perspectiva teórica da Análise de Discurso têm procurado compreender a língua em uma dimensão da não transparência, da evidência de um sentido à literalidade da palavra. De modo que, neste capítulo, a nossa questão converge pelo efeito da interpretação discutir as noções teóricas de condições de produção, interpretação, memória discursiva e memória digital do termo *fake news*. Quais as condições de produção e da memória discursiva e digital do movimento AntiVacina? Nossa análise, aqui será da Revolta da Vacina de 1904, no Rio de Janeiro.

A palavra *fake news* pela evolução da imprensa jornalística e a tecnologia, a cada época, toma uma dimensão que se propaga em diferentes condições de produção, na sociedade. Em 1894, o cartunista norte-americano Frederick Burr Opper¹⁸ torna-se conhecido pelas suas tirinhas do personagem *Happy Hooligan*¹⁹ que foram publicizadas, a partir de 1900, no *New York Journal*. Esse cartunista satiriza os jornais da época no *cartoon*²⁰ com o termo *Fake News* como um modo de dizer sobre as notícias falsas que poderiam trazer desespero à população.

¹⁸ Entre as contribuições de Opper para Revista Puck havia um cartoon que satirizou a ascensão do sensacionalismo no jornalismo: este cartum, de 7 de março de 1894, mostra um magnata do jornal (possivelmente Joseph Pulitzer) arrecadando lucros, mas enganando o público. Digna de nota nesse cartum político é o uso precoce do termo "notícias falsas". Acesso em: 20 de mai. 2019. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Frederick_Burr_Opper

¹⁹ Em 1899, Opper aceitou uma oferta de William Randolph Hearst para um cargo no *New York Journal*. Sua tira de *Happy Hooligan* apareceu pela primeira vez no *New York Journal* em 1900, e durou até 1932. Hooligan era um vagabundo com um pequeno chapéu de latinha cuja simplicidade gentil e boa natureza desajeitada fizeram dele um sucesso. No aniversário de 30 anos de Happy, Opper organizou uma festa na qual participaram o presidente Hoover, o ex-presidente Coolidge, Charles Schwab, Alfred E. Smith e outros. Acesso em: 20 de mai. 2019. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Frederick_Burr_Opper

²⁰ Um *cartoon*, cartune ou cartum é um desenho humorístico, animado ou não, de caráter extremamente crítico, que retrata, muito sinteticamente, algo que envolve o dia a dia de uma sociedade. Este tipo de desenho é, ainda, considerado uma forma de comédia, e mantém o seu espaço na imprensa escrita atual. Acesso em: 20 de mai. 2019. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cartoon>



Figura 5: *Cartoon* de 1894 ilustrando alguns dizeres sobre notícias falsas do cartunista Frederick Burr Oppen.

No *cartoon* (figura 5) há três capas distintas de jornais *Humbug News* (notícias farsas em tradução livre); no segundo *Fake News* e no terceiro *Cheap Sensation* (sensação barata em tradução livre) que ilustram modos de formulação da notícia. O *cartoon* pela própria textualidade de produção de sátira ocupa uma posição privilegiada no texto jornalístico. Conforme Mariani (1998):

Como não há ritual sem falhas, lembramos aqui que as charges e caricaturas correspondem a lugar privilegiado que dentro do discurso jornalístico faz deslizar os sentidos. Nas charges e caricaturas encontram-se muitas vezes os movimentos de resistência à linha editorial de um jornal, contribuindo, deste modo, na ilusão de imparcialidade ou, como nos sugeriu Teixeira, na construção de um ‘perfil’ democrático de jornal. (MARIANI, 1998, p.243).

Observamos, pelo discurso jornalístico, o modo como as charges, os *cartoons* e caricaturas movimentam sentidos e constrói segundo Mariani (*op. cit*) um movimento de resistência ao tempo em que produz humor. Isto é, joga com o interlocutor, o sujeito leitor.

Para Lage (1985), do ponto de vista jornalístico, o processo de comunicação que o jornalismo tem como práxis remonta a sua invenção. Assim:

A comunicação jornalística é por definição, referencial, isto é, fala de algo para o mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si. O domínio da referencialidade permite diferenciar a linguagem jornalística da linguagem didática, ainda quando esta se propõe a divulgação do conhecimento ou divulgação científica: nos textos didáticos, predomina a metalinguagem, isto é, explicação ou definição de um item léxico por outro. [...] Não é o que ocorre no jornalismo: aqui as proposições principais dão em conta de transformações, deslocamentos ou enunciações (a notícia); ou se formulam a partir de acontecimentos (a reportagem interpretativa, o artigo). (LAGE, 1985, p. 39).

A comunicação jornalística segue um ritual de escrita com base na referencialidade voltado para/na mensagem entre o emissor e receptor, e isto permite a linguagem jornalística

ser didática e ao mesmo tempo se diferenciar dela, contudo pelo próprio movimento inerente à linguagem ela é capaz de se deslocar, transformar. Ou seja, conforme Lages (*op.cit.*) de enunciar através do seu elemento principal da práxis jornalística, que é a notícia, como também se formular através de outros instrumentos da comunicação jornalística como o artigo de opinião e o editorial que são pautados em acontecimentos. Mariani (1998) ao dizer sobre o discurso jornalístico, de um ponto de vista da Análise de Discurso, pontua que:

No discurso jornalístico, considerando-se suas especificidades enquanto tipo discursivo, tanto se depreendem narrativas *stricto sensu*, quanto é possível se depreender na 'sintaxe' uma página, uma narrativa dispersa pelos títulos, *leads*, imagens e charges. (MARIANI, 1998, p. 245).

A partir da compreensão do ponto de vista jornalístico em Lage (1985) e Mariani (1998), pela Análise de Discurso, vislumbramos de formas distintas o modo como o jornalismo trabalha a linguagem de forma referencial. No caso da Análise de Discurso em que nos filiamos, tece uma compreensão analítica pela sintaxe, base dos processos discursivos, visando pelo discurso a não transparência da língua, o sentido como também a linguagem em seu funcionamento. De modo que não trabalhamos, como pontua Lage (*op.cit.*), no domínio da referencialidade, mas pensando a densidade semântica da sintaxe que sustenta o discurso.

2.1 A Revolta da Vacina uma memória discursiva do Antivacina

A Revolta da Vacina²¹ ocorre no início do século XX, no Brasil. Em 1904, na cidade do Rio de Janeiro. Um motim popular contra a obrigatoriedade da vacina de Varíola²². A cidade sofria com a falta de saneamento básico, o que resultava em epidemias devastadoras, como a febre amarela, a peste bubônica e a varíola. Isto levou as autoridades sanitárias a determinar, entre outras medidas, a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola.

A medida, que se destinava a proteger a população, foi conduzida de forma autoritária e sem os necessários esclarecimentos, provocando uma reação contrária, conforme a Série Memória de 2006, lançada pela Prefeitura do Rio de Janeiro em Cadernos da Comunicação

²¹ Em novembro de 1904, o Rio de Janeiro vivia momentos de ebulição social devidos à reforma urbanística do centro da cidade, promovida pelo prefeito Pereira Passos, com total apoio do presidente Rodrigues Alves. O clima era propício a movimentos que manifestavam o desagrado em relação a medidas como a derrubada de habitações populares, sem que o governo providenciasse o assentamento dos seus moradores em outros locais. Acesso em: 20 de out. 2019. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101424/memoria16.pdf>

²² É considerada, pela Organização Mundial de Saúde, erradicada desde o fim da década de setenta, graças à vacinação. Quanto a isso, é atribuída a Edward Jenner a descoberta de que o contato prévio com o vírus - ou partículas deste - era capaz de proteger as pessoas contra ele. Nasciam, então, os primeiros princípios da vacina, esta capaz de nos proteger até hoje contra outras moléstias, como poliomielite e rubéola. Acesso em: 20 de out. 2019. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/doencas/variola.htm>

diz: 1904 – A Revolta da Vacina; A maior batalha do Rio²³ traz o papel da imprensa: “o estrondoso furo de reportagem do jornal A Notícia, divulgando o projeto de regulamentação da Lei da Vacina Obrigatória, rascunhado por Oswaldo Cruz” (p.52).

Durante uma semana, o Rio viveu momentos de extrema tensão, nos quais, além do descontentamento com a obrigatoriedade da vacina, fizeram eco os descontentes com o governo do presidente Rodrigues Alves e a administração do prefeito Pereira Passos. Misturavam-se, no mesmo caldeirão, positivistas, monarquistas, militares e republicanos radicais.

Os embates entre a polícia e os revoltosos ocuparam as páginas dos jornais, que se dividiram entre favoráveis e contrários ao projeto de lei, trazendo opiniões de intelectuais, políticos e, uma tradição da época, inúmeras charges sobre os acontecimentos. (MAIA, 2006, p. 05).

Segundo o jornalista e pesquisador Pedro Paulo Soares (2006) o médico sanitário, não dimensionou o impacto que o texto causaria ao ser escrito de forma direta, objetiva e disciplinadora. De forma que, segundo o autor, texto distribuído para alguns membros do governo para análise, a informação vazou para o jornal.

A rua era um grande lugar de comunicação, os *meetings* se formam nessa época. Pessoas andavam com páginas de jornais nas mãos e os que sabiam ler passavam as mensagens para os iletrados. Quando a regulamentação da vacina “vaza” na imprensa, seu formato é tido pela população como draconiano. O decreto teve que ser revisto, foi adocicado. Oswaldo Cruz não era político, suas correspondências mostram a dificuldade que tinha de fazer rapapés. (SOARES, 2006, p. 52).

Para o historiador José Murilo de Carvalho (2006), no Rio, no início do século, os jornais tinham um papel fundamental na divulgação das notícias.

Não havia rádio nem televisão. A imprensa era mais importante como meio de comunicação do que é hoje. Mas era profundamente partidária. Só o Jornal do *Commercio* tinha características informativas mais próximas do modelo de hoje. (CARVALHO, 2006, p. 53).

O autor Lima Barreto cita em seu livro Recordações do escrivão Isaías Caminha (1909), que com este furo sobre a obrigatoriedade da vacina, o jornal A Notícia tornou-se referência durante a Revolta e “passou a ter seu preço de capa superfaturado devido à grande procura, causando filas de compradores ansiosos por novidades” (1909). Segundo Barreto

²³ A coleção dos CADERNOS DA COMUNICAÇÃO traz diversos textos e charges de vários autores sobre a Revolta da Vacina, 2006. Acesso em: 29 de jun.2020. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101424/memoria16.pdf>

(1909) este fenômeno do aumento das vendas aconteceu, na verdade, com todos os outros jornais.

No jornal exultava-se. As vitórias do povo tinham hinos de vitórias da pátria. Exagerava-se, mentia-se, para se exaltar a população. Em tal lugar, a polícia foi repelida; em tal outro, recusou-se a atirar sobre o povo. Eu não fui para casa, dormi pelos cantos da redação e assisti à tiragem do jornal: tinha aumentado 5 mil exemplares. Parecia que a multidão o procurava como estimulante para a sua atitude belicosa. (BARRETO 1909 *apud* 2006, p. 55).

A mentira tem seu espaço de circulação na sociedade contemporânea, como pontua Barreto (1909) e coloca o jornal como este espaço que cabe tanto enaltecer o triunfar das vitórias do povo, ou seja, usar da verdade dos fatos da época ou em exagerar na mentira para inflamar a população para se revoltarem contra a vacinação. Para Orlandi (2017, p. 52) em seus estudos sobre a questão do termo mentira, na sociedade, diz que: “ainda nesta relação, o que temos é uma ligação produzida entre o verdadeiro e o não asseverado”. Que a mentira na sociedade está relacionada àquilo que ainda não foi confirmado, seja pela imprensa, governo ou pelos envolvidos nela.

Na relação da imprensa de 1904, com os fatos e desdobramentos políticos da revolta da Vacina, o historiador Nicolau Sevcenko (1984), fala acerca do jornal *Commercio* do Brasil e seu papel na Revolta, que era dirigido pelo deputado positivista Alfredo Varella que foi, posteriormente, acusado pelo governo da República de ser um dos líderes da Revolta da Vacina. Pontua-se, ainda, que o referido jornal era financiado pelos monarquistas. Os confrontos políticos e ideológicos ressaltam que: “devido aos violentos ataques, o *Commercio* acabou suspenso pelo governo. O projeto de assalto da volta ao poder da monarquia estava sendo encabeçado pelos jacobinos e florianistas, financiado às ocultas pelos monarquistas, excluídos da política republicana”. Afirma-se que:

Varella era o principal elemento de ligação entre os dois grupos, e o seu jornal, O *Commercio* do Brasil, ultra agressivo, era o principal órgão de agitação do grupo conspirador. Os monarquistas, incentivando o conluio e mantendo a agitação antigovernamental na imprensa, esperavam herdar o poder como os únicos elementos capazes de restaurar a ordem (...). (SEVCENKO, 1984 *apud* 2006, p. 66).

Em pesquisa pelos jornais publicados dos Cadernos de Comunicação (2006) sobre a cobertura dos acontecimentos aponta para dois momentos. Até o dia 14 de novembro, a imprensa oposicionista tratava de publicar artigos e mais artigos criticando a medida do governo, e ridicularizando tanto o Presidente quanto o sanitarista Oswaldo Cruz. Depois do início dos distúrbios de rua, no entanto, a cobertura passa a ser dos acontecimentos. As

primeiras páginas dos grandes jornais (figura 6, p,39) são de notícias variadas dos conflitos em diferentes lugares.

A Revolta da Vacina foi divulgada por jornais de todo o mundo, que recebiam informações através de telégrafos. As opiniões e fatos divulgados em terras estrangeiras ganhavam repercussão na então capital, logo que publicadas nos principais jornais da cidade. Os sucessos destes últimos dias, já se refletiram na imprensa europeia, notadamente na da Bélgica e de Portugal donde o telégrafo nos diz a impressão de sobressalto ali causada. O *L'Independence Belge*, entretanto, mostrava-se mais tranquilo, dizendo que considera o Dr. Rodrigues Alves um estadista de senso prático que saberá restabelecer a ordem. (CADERNOS DE COMUNICAÇÃO, 2006, p. 69).

O Brasil como uma colônia portuguesa recém-autônoma, ainda carecia de certo aval português, ou seja, era importante que na Europa fosse noticiado os fatos da Revolta por ser um espelho dos jornais opositoristas ao governo, os jornais europeus independentes. O que está em questão, no país, é um efeito de disseminação de falácias, nos jornais. Para Orlandi (2004, p. 96): “a mídia é um grande evento discursivo de circulação da linguagem”. A circulação da linguagem sobre o Brasil na Europa é um efeito de interpretação. Conforme Orlandi (2004, p. 96) trata-se de: “é um acontecimento de linguagem que impõe sua forma de gerenciamento de gestos de interpretação”.

Os jornais belgas e portugueses estavam alarmados com as notícias da Revolta. Para Orlandi (2004, p. 96) “sempre na distinção do que se deve aprender como sentido unívoco (literal) e o que admite na plurivocidade interpretativa”. O *L'Independence Belge* faz essa interpretação não literal dos fatos reportados do Brasil, acreditando no restabelecimento da ordem nas ruas do Rio de Janeiro pelo Dr. Rodrigo Alves. A linguagem produz tal acontecimento e como essa textualidade circula e significa, mostra e produz distintas formações imaginárias sobre o Brasil. A noção de formações imaginárias segundo Pêcheux (1993, p. 75) de que: “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”, sendo estas definidas pelo autor como “as circunstâncias de um discurso”. Dentre tais circunstâncias, destacam-se as formações imaginárias:

O que funciona nos processos discursivos é uma série de formulações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro. (PÊCHEUX, 1993, p. 82).

Pêcheux (2002, p. 20) afirma: “o acontecimento jornalístico e da *mass-media* remete a um conteúdo sócio-político ao mesmo tempo perfeitamente transparente e profundamente opaco”. As leituras, a partir de Pêcheux, apontam como os jornais trabalham em seu discurso jornalístico o acontecimento jornalístico. Assim, na capa do jornal Gazeta de Notícias (figura

6), o seu título remete a causas sócio-político; o discurso funciona como efeito de transparência, ou seja, direto. Porém, discursivamente, compreende-se que a língua está carregada de opacidade. Ou seja, o sentido não está na literalidade das palavras.



Figura 6: Capa do Gazeta de Notícias sobre a Revolta da Vacina²⁴.

Segundo o Jornal Gazeta de Notícias: “na tentativa de manter o controle, censurando os jornais, o governo alimentou uma rede de boatos sobre os acontecimentos” (CADERNOS DE COMUNICAÇÃO, 2006, p. 71). Pêcheux (2004) ressalta que: o “acontecimento está localizado como um ponto num espaço de disjunções lógicas” (p. 23). O acontecimento discursivo jornalístico, em análises, funcionou na rede de boatos, criado pelo governo como um modo de censurar o discurso dos jornais da época. Orlandi (2017) discorre sobre o boato: “como o boato adquire sentido e cumpre seu papel se circularem”. Assim, “a falta de informação novamente trouxe a insegurança à população que se mantinha afastada dos focos do movimento dos rebelados” afirma Bertolli Filho (1996). Sobre a censura na época o autor diz que:

A censura à imprensa causou um grande estrago que fez aumentar o acirramento dos ânimos, tanto no que tange aos favoráveis quanto aos contrários ao motim. A censura permitiu a proliferação de boatos. A suspensão de jornais ou a notícia de que eles estavam sendo censurados acabou favorecendo a circulação de notícias falsas: a fuga do presidente, a existência de canhões utilizados pelos revoltosos de “Porto Arthur”, a morte de pessoas por causa da vacinação são exemplos disso. O repórter de O Estado de S. Paulo, Cornélio Pires, produziu matérias ficando na Estação do Norte – de onde chegavam os trens vindos do Rio – com os fugitivos do motim. A população tem o desejo de saber e, não tendo os jornais à disposição e quem os lesse para eles (já que boa parte era analfabeta ou não sabia ler fluentemente em português), imaginou o que estava acontecendo. A palavra censura

²⁴ Página 53. Acesso em: 20 de out. 2019. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101424/memoria16.pdf>

servia como uma espécie de tela em branco onde as pessoas projetavam seus medos e fantasias. (BERTOLLI FILHO, 1996 *apud* 2006, p. 72).

A circulação de notícias falsas nessa condição de produção da Revolta da Vacina, era presente nos jornais governistas que queriam acabar com a revolta, enfraquecendo o movimento pela disseminação. Por isso houve a censura aos jornais oposicionistas, como Bertolli Filho (*ibidem*) cita que ela permitiu que os boatos se proliferassem. Os três fatos elencados, por Bertolli Filho (*ibidem*) descrevem o desempenho da circulação na época que adquiriram sentido para a população. Do ponto de vista da Análise de Discurso Orlandi (2017, p.47) ressalta que os boatos: “adquirem sentido e cumprem seu papel se circularem”.

Na Análise de Discurso a censura é “a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas” (ORLANDI, 2007, p.104). O jornal ao ser censurado está “proibido” de certos sentidos, porque este impede de ocupar certos lugares e certas posições. Contudo é preciso considerar os fatores da censura inscrita em diferentes ordens como política, moral etc. Orlandi (*ibidem*) afirma que “a censura sempre se dá na relação do dizer e do não dizer e está sempre na relação um discurso outro”, os jornais da época sofreram uma censura que é diferente das que sofreram os meios de comunicação na ditadura militar, pois se trata de uma censura como um silêncio local. Em outros termos, de condições distintas de produção.

Por outro lado, é preciso observar que, quando falamos em censura (silêncio local), não se trata do dizível sócio historicamente determinado (o interdcurso, a memória do dizer), mas do dizível produzido pela intervenção de relações de força nas circunstâncias da enunciação: não se pode dizer aquilo que (se poderia dizer mas) foi proibido. Nesse sentido, a censura não é um fato da constituição (eixo vertical, interdcurso, segundo Courtine, 1983), mas de sua formulação (eixo horizontal, da enunciação, intradcurso, segundo Courtine, *idem*). São sentidos historicamente dizíveis, mas proibidos. (ORLANDI, 2007, p. 105).

Orlandi (2007) e Courtine (1983 *apud* 2016) vem explicitar a diferença considerando a constituição, o interdcurso sendo o lugar de formação do pré-construído que é representada por um eixo vertical e onde teríamos os dizeres já ditos, e esquecidos, em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível. O eixo horizontal, o intradcurso, é o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas.

As condições dadas do discurso também aparecem na imagem que na imprensa é como uma arte da memória, conforme Davallon (1981) a conceitua:



Figura 7: Oswaldo Cruz, o “Luiz XIV da Seringação” ou “Oswaldo, o Cru” (cerca de 1904; publicação e autor não identificados). Página 21, Cadernos de Comunicação.

Com razão mais pertinente, o desenvolvimento dos meios de registro da imagem e som (essas extensões de nossos sentidos se acreditarmos em McLuhan), que permitem estocar depois restituir o saber quase tão bem quanto os acontecimentos, parece hoje nos afastar definitivamente da necessidade de situar uma parte da memória social na cabeça dos (ou de certos) sujeitos sociais: a memória social estaria e naturalmente presente nos arquivos das mídias. (DAVALLON, 2015, p. 21).

A imagem é um dispositivo que pertence a uma estratégia de comunicação, que segundo Davallon (*op.cit*), de um ponto de vista semiótico, mostra as caricaturas no jornal, que na época foram tão importantes, pois eram uma resistência à censura imposta aos jornais.

Para Davallon (*ibidem*) a caricatura está em um: “Momento central, ato que fornece à imagem a razão de ser, que está fora do espaço da imagem, assim como, aliás, o acontecimento memorizado”. Orlandi (2017), pelos estudos da Análise de Discurso, discute “que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde)”. Depreende-se que os textos jornalísticos e as caricaturas serviam para a aferição de sentidos. Conforme Falcão (1971), em muitas dessas caricaturas, o personagem mais caricaturado foi Oswald Cruz²⁵, o sanitarista.

²⁵ Objeto também de canções satíricas e galhofeiras, ele foi impiedosamente tratado pela maioria dos caricaturistas. Quando, porém, suas controvertidas campanhas sanitárias começaram a mostrar frutos, o traço nos jornais e revistas se adoçou. Mesmo diante dos desenhos mais cruéis, Oswaldo, ao que se saiba, não passava recibo. Em carta à mulher, durante viagem ao Rio Grande do Norte, em 1905, ele conta que um figurão local o reconheceu pelas caricaturas em O Malho. “Disse-me que a cabeleira estava perfeita”, escreveu Oswaldo a Miloca [sua mulher], “faltando apenas ter presos nela alguns mosquitos! Vê que santa ingenuidade!”. Página 88. Acesso em: 20 de out. 2019. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101424/memoria16.pdf>

Numa sociedade com nível alto de analfabetismo, a charge era muito importante como instrumento de comunicação. Destacavam-se nesse campo as revistas ilustradas. O Malho desenvolveu uma campanha devastadora contra Oswaldo Cruz. O desenho do humor atravessava, no Brasil, uma de suas fases mais brilhantes. Introduzido em nossa imprensa na década de 1830, o gênero se beneficiava, naquele início de século XX, do surgimento não apenas de novas técnicas como de uma floração de esplêndidos desenhistas. Revistas e jornais se multiplicavam – e todos ostentavam, como grande estrela, o seu chargista, assinando trabalhos que tinham o peso de editoriais. Nessa época chega à cena, por exemplo, aquele que muitos consideram o maior desenhista de humor brasileiro, J. Carlos, cuja estreia tipográfica se deu em 1902, nas páginas de Tagarela. Essa revista, aliás, ao lado de O Malho, Fon-Fon! e Careta, ou de jornais como o Correio da Manhã, foi uma das publicações que mais frequentemente tomaram Oswaldo Cruz como tema. (FALCÃO, 1971 *apud* 2006, p. 86).

Lage (1985) discorre sobre a caricatura²⁶ a descrevendo, pelo espaço do jornalismo, como uma condição da informação perecível, e que na “produção de um jornal só é possível quando o objetivo do trabalho se desloca da obra para o consumidor” e artística no caso da caricatura: “perdem terreno diante da necessidade de levar a informação ao público” como descreve o autor.

Eventualmente, páginas, fotos, caricaturas ou reportagens atingem a durabilidade e a capacidade de gerar inquietação por si mesmas, características próprias das obras artísticas; mas isto vai à conta dos zero-vírgula-por-cento da lei das probabilidades. Porque a condição efêmera do produto e seu compromisso com a prestação de serviços prevalecem como padrão de julgamento do que interessa ou não publicar. (LAGE, 1985, p. 09).

Para Orlandi (2004), quando cita as características próprias das obras artísticas remete a uma textualidade e o modo como no texto as formações discursivas constroem o sentido: “[...] A textualidade por sua vez, é a função da relação do texto consigo mesmo e com a exterioridade” (p. 52). Sobre o discurso jornalístico e sua textualidade, Orlandi (*op. cit.*) aponta: “Quando uma palavra significa é porque ela tem uma textualidade, ou seja, porque a sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta, que provê de realidade significativa” (p. 52). Podemos dizer que a imagem é recortada também em sua textualidade pelo discurso que a significa e constrói uma memória discursiva.

O trajeto da memória discursiva construída sobre a Revolta da Vacina no início do século XX é importante para compreendermos os seus efeitos de sentido, e, sobretudo, o

²⁶ A **caricatura** é um **desenho** criado com o **objetivo** de **ênfatizar e exagerar** as **características** de pessoas, animais ou objetos. Com esse **gênero discursivo** são criados **retratos bem-humorados, cômicos e/ou irônicos**, sobretudo com relação aos **aspectos físicos e/ou comportamentais** do **objeto**, como nariz avantajado, topete, gestos, vícios, hábitos particulares etc. A palavra **caricatura** (do italiano “*caricare*”) significa “**exagerar, aumentar as proporções de alguma coisa**”. Acesso em: 20 de out. 2019. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/redacao/caricatura.htm>

modo como os jornais oposicionistas e em prol usaram das informações para se atuarem e validar a vacinação da Varíola. Isto pelo processo de interdição da censura imposta pelo governo aos jornais, mas que escapa com as caricaturas que é um modo de construir sentidos, e dar sentido. Produzir um furo no real. No gesto de não poder dizer, escrever, desenha-se. O desenho, a caricatura não são despidos de sentidos, ao contrário têm uma trajetória de memória discursiva. No caso da Revolta da Vacina as imagens têm sentidos que as constitui. Após essa retomada dessa memória discursiva do movimento Antivacina, através dos jornais sobre as publicações da Revolta da Vacina, percebemos como as informações se rumorejam pelo que denominamos de efeito-rumor.

2.2 Efeito-rumor de uma *fake news*

O ponto de interesse que associa uma *fake news* ao nosso *corpus*, o movimento Antivacina acontece neste momento dado como histórico da pesquisa preliminar sendo divulgada na *The Lancet*²⁷ em 1998. Para Silveira (2015) isso é o efeito-rumor “o que é de fato um rumor, deixando grande parte de seus aspectos sem explicação ou qualificados como patológicos”, se indaga e para validar seus questionamentos sobre o rumor, a autora busca nos estudos de Kapferer (1987) uma concepção, que é negativa segundo ela.

[...] o estudo dos rumores foi governado por uma concepção negativa: o rumor seria necessariamente falso, fantasioso ou irracional. Também sempre foram deplorados, tratados como aberrações temporárias, uma forma de loucura. Alguns viram no surgimento dos *mass media* uma oportunidade para acabar com os rumores: a televisão, o rádio e a imprensa acabariam com a razão de ser dos rumores. (KAPFERER, 1987, p.303).

²⁷ E a *Lancet* se retratou do estudo publicado uma década antes, dizendo que suas conclusões eram "totalmente falsas". As acusações foram muito além disso: no estudo original, Wakefield dizia haver vestígios do vírus do sarampo nas 12 crianças pesquisadas. No entanto, um médico que o auxiliou no trabalho veio a público dizer que, na verdade, não havia encontrado o vírus em nenhuma delas - e que Wakefield ignorou essa informação para não prejudicar o estudo. Em 2010, o Conselho Geral de Medicina do Reino Unido julgou Wakefield "inapto para o exercício da profissão", qualificando seu comportamento como "irresponsável", "antiético" e "enganoso". Acesso em: 08 de out. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-40663622>

O *mass media* contemporâneo vive de rumores, se pensarmos na sensacionalização das informações do cotidiano. E com um o advento da internet que disponibiliza as informações em tempo real, uma *fake news* pode viralizar em poucos minutos e até ser checada a fonte e confrontada com a notícia real acarreta várias consequências na sociedade.

Kapferer (1987), segundo Silveira (2015), escreve que o rumor, também conhecido como boca a boca, está em toda parte, independente da esfera social, e “é o mais antigo meio de comunicação de massa”, pois antes de existir a escrita, “foi o único canal de comunicação nas sociedades, sendo através dele que se veiculavam as novidades, que se faziam e desfaziam reputações, e que se precipitavam os motins ou as guerras”. Para o autor, apesar de muitos terem acreditado no contrário, “o surgimento dos meios de comunicação de massa, longe de eliminar o boca a boca, apenas fez com que ele fosse mais especial: cada um tem agora seu território de comunicação” (p.128).

Para Silveira (2015) esse efeito-rumor é: “discursivamente, o rumor que a partir do desenvolvimento da noção de boato escreverá que ele é possível”. Então, Silveira (*op.cit*), afirma que o rumor “é um fato da linguagem e pode atravessar a sociedade independentemente de ser ‘fundamentado’ ou não”, temos um fato público de linguagem.

[...] um fato público de linguagem. Reporta-se à opinião pública. O móvel originário do boato é a necessidade, a busca de informação. Daí ele se apresentar como excitação geral de vozes que se produz nas aventuras do dizer em seu processo de formulação e circulação. Nesse sentido, ele pode ser considerado um “acidente” no percurso das palavras. Há em todo sujeito social a vontade/necessidade de saber. (...). Não há opinião sem risco, não há saber sem dúvida, não há informação sem margem de exploração. (ORLANDI, 2008, p.142-143).

Um fato público de linguagem aqui é o artigo científico de Wakefield, que ficou em circulação de 1998 até 2010 quando já atribuído por um rumor, que possivelmente as vacinas tríplices levariam a desencadear autismo nas crianças vacinadas. Então, Wakefield lança seu primeiro livro quando o artigo é retirado do ar na revista *The Lancet*.

Ao lançar o livro acaba por reportar à opinião pública suas ideias antivacinas, e essa busca de informação de pessoas por esse rumor atribuiu sentido ao crescimento do movimento Antivacina no mundo. E conforme Orlandi (2008) vem a afirmar: “há em todo sujeito social à vontade/necessidade de saber”. Essa opinião sem risco é o processo de investigação que culminou com a retratação da revista e a retirada do artigo, contudo já circulava seus efeitos de rumores no/ao público.

Voltando a Kapferer (1987), segundo Silveira (2015) o estudo do rumor leva à constatação da fragilidade do saber, pois permite perceber que:

Os rumores nos relembram uma evidência: nós não cremos nos conhecimentos porque eles são verdadeiros, fundados ou provados. Guardadas as proporções, é o inverso: eles são verdadeiros porque nós cremos neles. O rumor lembra, sempre que for necessário, que todas as certezas são sociais: é verdade o que o grupo ao qual nós pertencemos considera verdade. O saber social repousa sobre a fé e não sobre a prova. [...]. Assim as íntimas convicções que os povos trocam não são frequentemente mais do que palavras. (KAPFERER, 1987, p. 305).

Se o rumor lembra uma evidência, e as pessoas não necessariamente acreditam no conhecimento por ser legítimo, como irá confrontar um fato científico? Foram anos até o primeiro rumor Antivacina ser refutado pela comunidade científica. Porém, a crença que a vacinação levaria ao desenvolvimento do autismo levou os pais a não vacinar mais seus filhos. Trata-se de dizeres, de posições-sujeito, de rumores discursivos.

Silveira (2015) aponta quando o rumor perde o status de verdade sendo considerado, falso.

Quando o rumor perde sua credibilidade, quando se constata que ele é verdadeiramente falso, ele tende a perder a sua força de circulação, embora os rumores sempre reapareçam e muitas vezes voltam a circular em função dos acontecimentos. [...] A noção de rumor como dispositivo regulador do arquivo, pois ele controla os movimentos do sujeito na seleção/recorte do que ele faz circular, afetado pelo discurso da técnica e da tecnologia, fazendo circular aquilo que ele toma por informação verdadeira. (SILVEIRA, 2015, p. 132).

A força da circulação é vista, nesse movimento discursivo, como algo que depende dos acontecimentos para que haja um ressurgimento do assunto. Se pensarmos no artigo publicado na *The Lancet*, ele ressurgiu quando é retirado do ar pela revista. Houve então um acontecimento que o faz voltar a circular. Aproveitando dessa nova circulação de sua pesquisa, Wakefield, lança seu primeiro livro e assim o movimento Antivacina se apropria afetado pelo discurso técnico do ex-pesquisador. O rumor é o que controla os movimentos de seleção.

Conforme Silveira (2015), que estuda o rumor na internet a partir do que Froissard (2007), diz: “propõe pensar o rumor como uma relação direta com a ideia de informação, mas relacionado a algo mais participativo, criativo ou expressivo” (p. 165). A autora afirma que:

[...] As produções com caráter de rumor na internet, que é comandada hoje pelo regime da visibilidade e da réplica, talvez sejam melhores determinadas e nos distanciamos do caráter primário de rumor no sentido informacional do termo e passarmos a falar do “efeito rumor”, que seria, para o autor, um caráter segundo do fenômeno de produção na internet. (SILVEIRA, 2015, p. 166).

O rumor precisa de visibilidade para se replicar, visto que é um fenômeno de produção na internet, como aponta essa segunda característica formulada por Froissard (2007), pois além do seu caráter informacional é a mais pertinente para a compreensão desse efeito-rumor de uma *fake news*. Aponta também como isso é determinante no movimento Antivacina, que tem como base a replicação desses rumores discursivos, principalmente na internet, para se propagar.

Froissard (2007) desloca o sentido do efeito-rumor informacional para um fenômeno que é além da produção na internet.

O efeito-rumor não se resume a um rumor, no sentido informacional do termo (limitando-se à mensagem que vimos circular [...]), ele também é um fenômeno de apropriação coletiva, de folclorização e finalmente de participação em uma cerimônia sem resultados. (FROISSARD, 2007, p. 84).

O fenômeno de apropriação coletiva é facilmente identificado na replicação das informações do Antivacina, que usa pesquisas não conclusivas para associar o autismo às vacinas. O que se observa, pelos estudos da linguagem, é o modo como um dizer toma corporeidade ou não na sociedade. Quem diz e o modo como um dizer circula estão envoltos no funcionamento da linguagem. Como adquirem um efeito de sentido?

2.3 Efeitos de sentido de uma *fake news*

Para conceituar os efeitos de sentido sobre *fake news*, busca-se nos estudos de Orlandi (2017), no livro: *Eu, Tu e Ele - discurso real da história*, o conceito de boato. Para a autora, pela Análise de Discurso o provérbio “quem conta um conto” vindo da sabedoria popular de “quem conta um conto, aumenta um ponto”, assim esse texto do conto não é imóvel, não teria uma estabilidade, ou seja, não é completo, pois se aumenta um ponto. Para autora não há exatidão e sim apenas versões de um fato.

[...] Sobretudo se nossa matéria é o relato. Como o boato. E isto pela particularidade destas formas discursivas textualizam se pela não coincidência com o dito, por serem formulações que circulam, ou melhor, cujo funcionamento discursivo mais relevante está em sua circulação. Há um movimento, fluidez, entre a constituição de sentidos, sua formulação e a circulação. [...] como o boato adquirem sentido e cumprem seu papel se circularem. E por colocarem em cena, precipuamente, o sujeito, em suas posições nem sempre coincidentes consigo mesmo, trabalhado pela memória. (ORLANDI, 2017, p.32).

Assim como um conto, uma lenda ou um caso, a *fake news*, objeto discursivo, se constitui por circular em diferentes formulações. A matéria tem uma memória discursiva em funcionamento. Em seus trajetos e deslocamentos em que os usuários fazem nas redes sociais como o *Facebook* onde em seus perfis, páginas e grupos fazem circular as informações verdadeiras ou falsas. E para Pêcheux (2015), esse funcionamento da “Memória deve ser entendido aqui não no sentido diretamente psicologista da memória individual, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas [...] (p. 44)”.

Pêcheux (*ibidem*), toca no ponto em que se encontra a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva:

[...] A memória discursiva seria aquilo que face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos elementos citados e relatados, discursos transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.” (PÊCHEUX, 2015, p. 46).

Pela repetição e regularização. Levanta a hipótese de não encontrar esses implícitos de maneira estável e sedimentada, mas sob a forma de uma repetição e da regularização que assume como um efeito de série. Porém, essa regularização discursiva poderia ruir diante de um acontecimento discursivo novo.

A partir dos estudos da Análise de Discurso, compreendemos o modo como a linguagem toma corporeidade, vida em diferentes formulações. Considerem-se três momentos da produção do discurso a constituição, a formulação e a circulação:

[...] que é na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde). Momento da sua definição, materialização da voz em sentidos, do gesto da mão escrita, em traço, em signo; do olhar, do trejeito, da tomada do corpo pela significação, e, por seu lado, os sentidos tomando corpo. [...] Sentido e sujeito se constituindo ao mesmo tempo, eles têm sua corporalidade articulada, no encontro da materialidade da língua com a materialidade da história. Encontro que se materializa o sujeito. (ORLANDI, 2017, p. 33).

O excerto faz pensar a linguagem e o modo de significação, de construção do sentido. O sentido toma corpo, visibilidade pelo gesto da mão que tece a escrita. Na materialidade discursiva o sentido não está evidente, a ideologia produz o efeito de naturalização do sentido como se este estivesse na literalidade. Teoricamente compreendemos que a linguagem tem a sua opacidade, nesta faz-se necessário os questionamentos. Entende-se que sentido e sujeito se constituem ao mesmo tempo.

Neste trabalho, em que pensamos pela materialidade discursiva a *fake News nos* perguntamos pelo sentido, sobretudo, como uma determinada conversa toma corporeidade e robustez. O comentário, a fofoca em tempos remotos tinham uma maneira distinta de se significar, na sociedade. Ou seja, um dizer, comentário, que se popularizava quase que de boca em boca. No contemporâneo, tem-se outra condição de produção, o espaço digital, a rede social. Os termos, comentário, “fofoca”, e mentira funcionam, na atualidade, de um modo distinto de circulação. Não se diz que um fato é uma mentira ou fofoca entre outros. Diz-se que se trata de *fake News*. O termo *fake news* ressoa pela língua, a mundialização da língua inglesa. O global.

A *fake News*, pela tecnologia, toma uma dimensão, popularização pelo sistema digital. Não se trata de um dizer de boca em boca, mas um dizer que se atualiza pelo efeito da memória metálica. De modo que o discurso sobre um determinado fato a cada vez que é proferido permite a atualização (da memória) pela formulação, em certas condições de produção. Esse dizer toma um sentido, no social, que é identificado pelo número de curtidas e compartilhamentos de uma determinada publicação. Para essa memória formulada que é atravessada pela discursiva, Orlandi (2017) afirma:

[...] Memória atualizada na formulação. O dizer se constitui no ponto em que atravessa o interdiscurso (memória discursiva). Se introduzirmos aqui a questão da circulação somos conduzidos a pensar os trajetos do dizer. E estes são fundamentais quando pensamos discursividades como as lendas, que passam de boca a boca, trilhando caminhos, efeitos de narratividade que se percorre e a que a formulação, ou outra, acrescentando em uma unidade de sentido sempre incompleta. (ORLANDI, 2017, p. 34)

Para Orlandi (2010) a memória quando pensada em relação ao discurso, como um interdiscurso, definido pelo aquilo que fala antes. Em outro lugar.

Ou seja, o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer que sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (ORLANDI, 2010, p. 31).

Refletimos que os efeitos de narratividade atuais estão voltados para os *gadgets* (instrumentos) onde se compartilham as informações nas redes sociais pelo uso dos aplicativos do *Whatsapp* e *Facebook* e, nesse aspecto, tenta-se compreender o que é este discurso digital, e para isso recorreremos aos estudos de Dias (2018) em seu livro *Análise do Discurso Digital – Sujeito, Espaço, Memória e Arquivo* quando pontua:

Trata-se, de buscar compreender a materialidade discursiva da tecnologia digital ou, no nosso caso, melhor dizendo, do discurso digital e suas condições de produção. Para tanto, não nos interessa empreender um estudo técnico da técnica, nem mesmo da filosofia da técnica, mas refletir sobre sua historicidade e sobre seus efeitos na constituição da vida na sociedade. (DIAS, 2018, p. 44).

Conforme Dias (*op.cit*) a questão incide em compreender a materialidade discursiva da tecnologia digital. A memória que denomina de digital, seria o lugar de contradição, onde a memória escapa à estrutura totalizante da máquina e sai desse espaço de repetição formal e se inscreve no funcionamento do interdiscurso que compreendemos diferentemente com o da memória discursiva. E essa relação com a memória discursiva, onde o que está estabilizado no eixo do repetível do dado acaba por deslocar e rompe com um funcionamento do algoritmo inscrevendo-se na história. Os gráficos da memória digital e da memória discursiva são distintos, por mais que se atravessem se encontrem e se articulem no eixo comum em ambas a do interdiscurso.

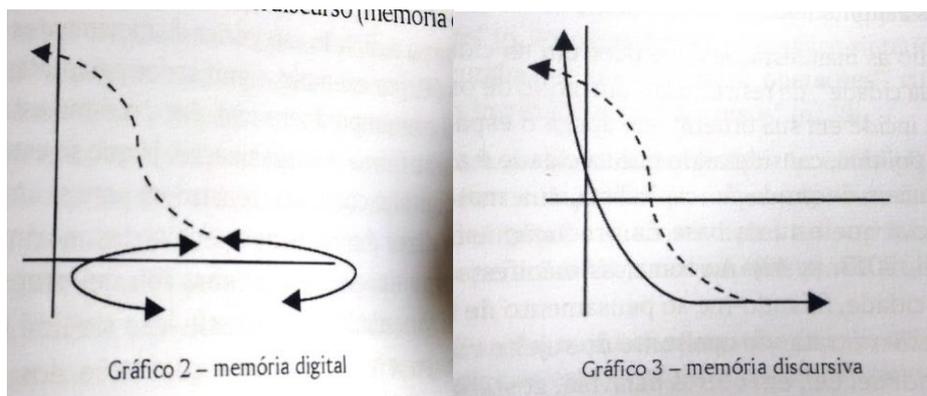


Figura 8: Gráfico memória digital e discursiva. Fonte: Dias, 2018, pág. 105²⁸.

A memória discursiva fala em uma voz sem nome, pois não há controle no dizer, ela é irrepresentável. Ao contrário da memória metálica facilmente acessada, pois essa funciona a partir da personificação constante de um mesmo dizer. (Dias, 2018, p. 105).

A Análise de Discurso compreende que a narrativa é uma forma discursiva na produção de efeitos de sentido e isto expõe para o analista de discurso que é o funcionamento da narrativa da memória do sujeito.

Voltando a seu funcionamento, em que retomo sua relação com o boato (E. Orlandi, *idem*), diria que também na lenda urbana, como no boato, a sua caracterização envolve intensamente a relação entre linguagem e percurso social. Como tivemos a ocasião de mostrar (E. Orlandi, 2004), a constituição da sociedade, espaço público

²⁸ O gráfico cunhado por Cristiane Dias (2018) está no livro: Análise do discurso digital: Sujeito, Espaço, Memória e Arquivo. (P, 105). Campinas-SP: Pontes Editores, 2018.

em que circulam sentidos – tendo na base de ideias recebidas, lugares comuns – produz inevitavelmente o espaço do boato, a que acrescentaríamos os contos de assombração. Estes, enquanto fatos da vida social pública, trazem as marcas do funcionamento coletivo da palavra. Manifestação da linguagem em espaço público, o boato é notícia anônima que se expande publicamente, sem confirmação. Poderíamos considerar, em seu funcionamento, assim como para as lendas, uma posição-sujeito que eu chamaria de comum, público não particularizado. (ORLANDI 2017, p. 51).

A constituição da sociedade e espaço público descrito por Orlandi (idem) é onde circulam os sentidos. Atualmente essa circulação de linguagem de sentidos no espaço das redes sociais que alimentamos com informações sem confirmação destas, onde os sentidos circulam através dos compartilhamentos atingindo usuários de uma determinada rede, numa escala exponencial de um para muitos.

Ainda assim, são marcas do funcionamento coletivo da palavra, ou seja, se alguém em quem confio da minha rede social compartilhou provavelmente tem fundamentos. Há um efeito imaginário que funciona de modo pendular. Assim, os textos são encaminhados. Compreende-se que esse pode ser o meio que se propaga a notícia falsa (*fake news*) que se expande pelas redes sem confirmação através de um simples curtir. Isto significa estar em coadunação de ideias, de uma distinta posição discursiva seguido de um compartilhar. A manipulação da linguagem, no digital segue de forma naturalizada, via compartilhada.

2.4 A circulação de uma fake news nos espaços digitais

A *fake news* tem na atualidade, um modo particular de circulação, o que nos remete ao texto de Michael Pêcheux “*Ça Circule*” (1981) e sabendo que estas informações estão nas redes sociais e faz com que o leitor se desvie dos problemas reais em alusão a uma falsa moeda de línguas de vento:

“Isso circula” como adquirimos o hábito de dizer, fazendo dessa circulação a imagem positiva de nossa modernidade discursiva liberada ou, ao contrário, a falsa moeda de línguas de vento; os turbilhões esfumaçados do “não importa o que” destinados a chamar a atenção, desviando-a “dos problemas reais”. [Nos perguntamos também hoje se] não é tempo de destituir essa imagem duplamente complacente da circulação, constatando o fato que as circulações discursivas nunca são aleatórias, porque o “não importa quê”? Aquilo que, em momento dado, irrompe no espaço da repetição discursiva, aquilo que o transforma movimenta-o, não resulta e não importa qual fenda, torsão, modificação. (PÊCHEUX, 1981, p. 18).

O que circula pelas redes sociais desvia a atenção dos problemas reais e criam outros problemas reais, como no caso da baixa procura pela imunização com vacinas que foram

associadas ao autismo pelo movimento Antivacina.²⁹ Essa repetição que faz o circular das informações na internet. Numa imagem positiva segundo Pêcheux (idem) dessa modernidade discursiva desse uso progressivo de instrumentos para se comunicar em forma de textos.

A partir do que formulou Pêcheux (idem) em *Ça Circule*, Dias (2004) ilustra com o fluxograma (figura 10) o movimento entre o virtual e o atual dessa circulação. De modo que o discurso, nessa dimensão, funciona entre o virtual e atual que retorna para o virtual.

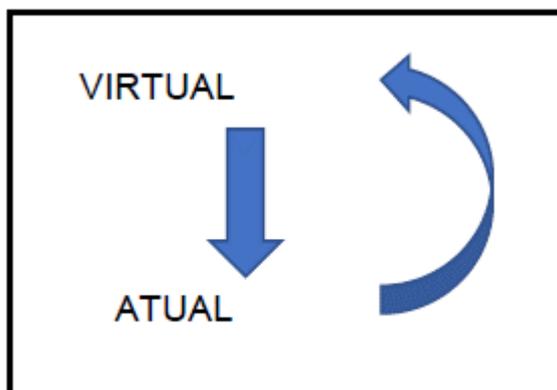


Figura 10: Fluxograma. Fonte: DIAS (2004, p,79)³⁰.

A notícia, o boato, que circularam nos grupos do *Facebook* criados a partir do movimento que compõe o *corpus* em análise denominado de Movimento Antivacina³¹, ressignifica entre um ir e vir como uma suposta verdade. Entre esses ir e vir, versões outras atualizavam sentidos outros remetendo a uma memória discursiva (o interdiscurso) significando pela formulação (o intradiscurso). A Revolta da Vacina é uma memória discursiva desse Movimento Antivacina atualizada pela formulação e circulação de sentidos contra as campanhas de vacinação.

Para compreender como acontece a circulação das informações nos meios digitais contemporâneos para a Análise de Discurso é através dos estudos de Pêcheux (1982):

²⁹ O principal argumento dos que levantam bandeira contra as vacinas surgiu de uma pesquisa fraudulenta publicada pela revista científica "The Lancet", em 1998. O britânico Andrew Wakefield, à época, disse que a vacina tríplice (sarampo, caxumba e rubéola) desencadearia o autismo. O artigo foi desmascarado quando outros cientistas fizeram novos estudos para confirmar a correlação, o que nunca aconteceu. Wakefield perdeu o registro médico e a publicação foi tirada de circulação. Entretanto, grupos antivacina argumentam com o estudo até hoje. Movimento Antivacina: como surgiu e quais consequências ele pode trazer? Acesso em: 20 de out. 2018. Disponível em: <https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2017/12/05/o-que-o-movimento-antivacina-pode-causar.html>

³⁰ Fluxograma cunhado por Cristiane Dias (2004) A discursividade da rede (de sentidos): a sala de bate-papo hiv. (Pág, 79) Unicamp. 2004. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270717?locale=pt_BR.

³¹ Discutido no capítulo III.

[...] E através da formulação da noção de clivagens subterrâneas (a que Pêcheux alude, mas em *Ler o Arquivo Hoje*, não formula enquanto noção) nos parece seguro afirmar que os produtos técnicos digitais como as redes de relacionamento (que já vimos, são produtos políticos, responsáveis pelas transformações das relações sociais) também são, portanto, e necessariamente produtos de caráter discursivo. (PEQUENO, 2015, p.34).

As contribuições de Pequeno (2015) são no sentido de se pensar essas novas condições de produção do arquivo digital como os determinantes no complexo das mudanças nas relações sociais, tais como em um grupo do *Facebook* o qual se tem:

“[...] produtibilidade dos produtos digitais”, segundo o autor ‘aquilo que é formulado digitalmente ganha legitimidade na medida em que circula [...] esse sistema de circulação está intimamente atrelado com aquilo (do produto digital) que se consome’. (PEQUENO, 2015, p. 39).

Para conceituar o que Pequeno (2015) nos traz a respeito da leitura do arquivo no contexto do digital, buscamos em Lacan (1999) seu conceito de memória analítica que nos faz (re)pensar o conceito do digital na atualidade.

[...] Que ele é rebatido como uma bola entre o código e a mensagem. Fica girando em círculos naquilo que podemos chamar de memória. Lembrem-se do que fiz vislumbrar no passado, que devemos conceber o mecanismo do esquecimento, e, ao mesmo tempo, da rememoração analítica, como aparenta a memória de uma máquina. O que está na memória de uma máquina, com efeito, fica girando em círculos até que se torne necessário – é obrigado a girar em círculos, pois não há outra maneira de constituir a memória de uma máquina. (LACAN, 1999, p, 44).

A partir dessas formulações da circulação das informações, ancorados nos estudos de Pêcheux (1982) e de Lacan (1999), que tanto Dias (2018) como Pequeno (2015) nos demonstram cada qual, pelos movimentos de estudos da linguagem, o modo como acontece essa circulação e o compartilhamento das *fake news* na internet na atualidade das condições de produção no digital. Ou seja, quem faz movimentar a máquina, as notícias para que crie uma limosidade são os internautas. O sujeito põe em circulação um determinado boato, um fato de linguagem.

No capítulo III, partiremos para as análises do movimento o Antivacina no século XXI e suas condições de produção a partir da noção da autoria, função-autor e seu efeito-autor neste movimento e como é uma memória discursiva na contemporaneidade, assim com as produções de sentido do movimento nessa autoria e na escrita.

CAPÍTULO III

3. O MOVIMENTO ANTIVACINA

Neste capítulo discutiremos a (re)organização do movimento atualmente denominado Antivacina analisando como a noção de autoria e a função-autor funcionam para a Análise de Discurso para assim compreendermos a *fake news*. Essa análise constituirá de dois recortes jornalísticos.

Em 1998, o médico Andrew Wakefield³² publica na conceituada revista britânica *The Lancet*³³, uma pesquisa preliminar associando o autismo à vacina do sarampo no Reino Unido. Segundo duas reportagens, disponíveis no do site UOL³⁴ e da BBC³⁵ de 2017. Consta que o referido médico seria o responsável por quase 20 anos depois ser o maior propagador do movimento Antivacina na Europa, nos Estados Unidos e até mesmo no Brasil. Conforme a reportagem de Paula Adamo Idoeta (2017) da BBC, intitulada “A história que deu origem ao mito da ligação entre vacinas e autismo”. Esse texto aponta o médico como o responsável pela notícia falsa, pela *fake news* nesse caso científica.

O dia 26 de fevereiro de 1998 marcou o início de uma desconfiança internacional sobre vacinas que reverbera até hoje, quase 20 anos depois. Foi naquele dia, em Londres, que o médico Andrew Wakefield apresentou uma pesquisa preliminar, publicada na conceituada revista *Lancet*, descrevendo 12 crianças que desenvolveram comportamentos autistas e inflamação intestinal grave. Em comum, dizia o estudo, as crianças tinham vestígios do vírus do sarampo no corpo. Wakefield e seus colegas de estudo levantaram a possibilidade de um "vínculo causal" desses problemas com a vacina MMR, que protege contra sarampo, rubéola e caxumba e que havia sido aplicada em 11 das crianças estudadas. Wakefield

³² Diversas pesquisas foram conduzidas para comprovar ou não a tese, e não houve evidências comprovando essa hipótese nos novos estudos. Em 2010, o Conselho Médico Geral britânico considerou que Wakefield agiu de maneira antiética e desonesta ao vincular a vacina tríplice ao autismo. Considera-se que o sarampo tenha ressurgido no Reino Unido devido ao receio dos pais em aplicarem a vacina tríplice em seus filhos: as taxas de vacinação nunca mais voltaram a subir e surtos da doença tornaram-se comuns depois da publicação do artigo. Ele teve sua licença médica cassada no Reino Unido por acusações de fraude de evidências em sua pesquisa sobre a relação de vacinas e autismo. Acesso em: 10 de out. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-40663622>

³³ *The Lancet* é uma revista científica sobre medicina publicada semanalmente e com revisão por pares. É uma das mais antigas e conhecidas revistas médicas do mundo e descrita como uma das mais prestigiadas. É publicada pela *Elsevier* no Reino Unido pelo *Lancet Publishing Group*. O periódico foi fundado em 1823 pelo cirurgião e membro do parlamento inglês Thomas Wakley (1795 - 1862), que manteve-se como editor até à velhice, auxiliado e sucedido por um de seus filhos. Em 2014, no *Journal Citation Reports*, *The Lancet* foi classificada em segundo lugar dentre as revistas médicas (fator de impacto 45), atrás apenas do *The New England Journal of Medicine* (fator de impacto de 56). Acesso em: 11 de out. 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/The_Lancet

³⁴ O que o movimento antivacina pode causar? Acesso em: 20 de out. 2018. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2017/12/05/o-que-o-movimento-antivacina-pode-causar.html>

³⁵ A história que deu origem ao mito da ligação entre vacinas e autismo. Acesso em: 20 de out. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-40663622>

reconhecia que se tratava apenas de uma hipótese de que as vacinas poderiam causar problemas gastrointestinais, os quais levariam a uma inflamação no cérebro - e talvez ao autismo. Foi o suficiente, porém, para que índices de vacinação de MMR começassem a cair no Reino Unido e, mais tarde, ao redor do mundo. (IDOETA, 2017).

Pelo recorte, depreende-se conforme escreve Idoeta (*op.cit.*), o modo como o discurso científico dá legitimidade e toma corporeidade na sociedade. Aquele que diz sobre os possíveis efeitos da vacina tem a posição-sujeito do lugar da ciência, o médico, a publicação, na conceituada revista. Conforme a reportagem apurou na época foi detectada uma pequena queda da vacinação no Reino Unido, após a divulgação do artigo. Em consequência outros países também registraram queda da MMR. Dentro da hipótese do desenvolvimento de autismo os pais deixaram de vacinar seus filhos provocando o surgimento desse movimento³⁶.

O discurso científico é voltado para um leitor que participa da constituição da sociedade urbana.

A escrita científica - em suas diferentes variedades tecnológicas - é um fato de linguagem urbana. Isso não quer dizer que ele se dê empiricamente só nesse espaço, mas, onde estiver, ela estará significando o espaço da urbanidade. (ORLANDI, 2008, p, 150).

O espaço da urbanidade aparece na reportagem de Thais Carvalho Diniz (2017), pois delinea a partir da urbanidade um paralelo entre virologistas sobre as consequências de não vacinar as crianças e com pais adeptos desse movimento. Ou seja, que é na sociedade que se discute o “Movimento Antivacina como surgiu e quais consequências pode trazer?”.

Pamella é mãe de Sophie, 7, Victorie, 5, e Henzo, quatro meses. Nas duas primeiras experiências, a paranaense cumpriu o calendário estabelecido pelo Ministério da Saúde. Entretanto, na terceira gestação, ouviu relatos sobre reações da vacina rotavírus e foi pesquisar. "Li, pesquisei e tomei conhecimento de que ela havia sido modificada. Por isso decidi não fazer no meu bebê. Assinei um termo de responsabilidade por isso. Minhas filhas não tiveram nenhum problema com ela, apenas uma diarreia, mas preferi não arriscar". Sobre as outras imunizações, ela diz que segue confiando e achando necessárias. (DINIZ, 2017).

Pelas formulações da reportagem demonstram um modo de ruptura, uma versão que, pelo discurso, entrecruza com outras versões, diferentes formações discursivas, posições

³⁶ O movimento Antivacina é uma ideia que cresce mundialmente, especialmente na Europa e América do Norte. Prova disso é o surto de sarampo que aconteceu na Itália, com mais de 4.000 casos, em agosto deste ano de 2017. A doença, que matava mais de dois milhões de crianças por ano no mundo na década de 1990, foi erradicada no Brasil em 2001. Acesso em: 10 de out. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2017/12/05/o-que-o-movimento-antivacina-pode-causar.html>

ideológicas sobre a vacina, que se marcam ao fio do discurso. Pode-se dizer que a cidadã – mãe se alinha em relação ao uso da vacina tal como estabelece o Ministério da Saúde.

Conforme Orlandi (2008, p.134) considerar já de início que: “O boato é um fato da linguagem pública, é um fato do percurso (circulação) das palavras”. Houve boatos que se tornaram fatos da linguagem pública que contribuíram, ideologicamente, para que a mãe não vacinasse sua terceira filha. O modo de interpelação decorre, pelo gesto de se significar como sujeito em uma posição X. O crescimento do movimento Antivacina, quando aumenta sua circulação ganha credibilidade e status de uma verdade.

Retomando outro boato que é a erradicação – gera uma despreocupação em vacinar os filhos – como alerta, a coordenadora Carla Domingues do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde. Na reportagem de Diniz (2017), apresenta alguns motivos para essa falta de preocupação em vacinar.

Em 2016, pontualmente, tivemos uma diminuição, mas não podemos dizer que é uma tendência. Isso só pode ser afirmado após uma queda de três ou quatro anos consecutivos. Acredito que pode ter acontecido também por conta da crise econômica, que interfere no acesso das famílias aos postos de saúde em horários específicos, por exemplo”. Mas a coordenadora acredita que a falta de preocupação com as doenças já eliminadas e controladas, como a poliomielite, erradicada do Brasil há 27 anos, seja a maior responsável pela menor procura. Segundo a especialista, após um longo período sem casos, até os profissionais da saúde que nunca viram um caso acham que não precisam recomendar tão veementemente aquela determinada imunização. (DINIZ, 2017).

Importante observar pela formulação a relação sujeito e prevenção. Os sentidos que entrecruzam, no recorte, a questão da vacina. Onde se lê “tivemos uma diminuição, mas não podemos dizer que é uma tendência”. Há, pelo discurso, uma afirmação, porém tem-se no processo discursivo a conjunção coordenada adversativa – mas que entra como uma modalização no discurso, em relação à afirmação de baixa procura pela vacina. Nesse dizer há, ideologicamente, uma assertiva, uma justificativa, que joga com a contradição que não há mais casos de poliomielite no Brasil que gera a falta de preocupação em vacinar e isso converge a explicativa de que a “crise econômica, que interfere no acesso das famílias aos postos de saúde em horários específicos”.

Nesse liame tem-se novamente pela formulação o uso do “mas” em: “Mas a coordenadora acredita que a falta de preocupação com as doenças já eliminadas e controladas, como a poliomielite, erradicada”. O uso da conjunção pela jornalista remete posição sujeito – à Coordenadora. Há, assim, um entrecruzamento de distintas formações discursivas, posições-

sujeito, no recorte. Aponta, assim, para o discurso sobre a prevenção pela vacinação. Nesse sentido, a justificativa de não se vacinar muda de configuração, o fato se deve à erradicação.

De modo que o discurso sobre a vacina se constitui em boato, com distintos efeitos de sentido em relação à sociedade. Na reportagem de Idoeta (2017), discute-se a questão da não vacinação ser maior em grupos das classes A e B:

No Brasil, estudiosos têm observado na última década um movimento, sobretudo nas classes A e B, de pais que evitam vacinar seus filhos. "Pelos dados que temos são pessoas que têm acesso à informação e levantam a associação entre a vacinação e algumas patologias, apesar de muitos estudos comprovarem que essa relação não existe", diz à BBC Brasil José Cássio de Moraes, especialista em imunização e professor da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. (IDOETA, 2017).

A reportagem fala sobre as classes A e B e as situarem em uma condição de produção x, remete ao que fórmula Pêcheux (1975) sobre formações imaginárias, formações ideológicas. Cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são individuais nem universais, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito, umas em relação às outras.

Na textualidade não se diz o motivo da não vacina. Fica, assim, em funcionamento uma trajetória de memória discursiva que determina os recortes, os sentidos que: “se constitui a partir das relações que as diferentes expressões mantêm entre si, no interior de cada formação discursiva, a qual, por sua vez, está determinada pela formação ideológica que provém.” (Pêcheux & Fuchs, 1975, p. 170).

Trata-se de um rumor, que as pessoas com maior nível de classe e conhecimento defendem a não vacinação, associando as vacinas há algumas patologias. Para Orlandi (2008, p.134) a língua abre uma: “Margem de equívocos, de incertezas”. Ou seja, a língua é o lugar do equívoco. As condições de produção, que representam o mecanismo de situar o objeto do discurso para Análise de Discurso.

Sintoma de que ‘aí’ há sentidos, o boato é uma resposta discursiva à necessidade de significar, trabalhando a relação entre causa e consequência. À procura de um dizer possível, em suas diferentes posições, os sujeitos produzem versões plausíveis, explorando um espaço de significações. (ORLANDI, 2008, p. 145).

O discurso da *fake news* como que envolve o movimento Antivacina, toma limosidade na sociedade, e configura-se em maior escala entre pessoas de determinadas condições sócio econômicas, tal como pontua Idoeta (2017). De outro lado, um modo de destituir o boato, no caso do discurso sobre a vacina, a necessidade de significar do movimento, se deve pela

própria mídia que nesses recortes estão em prol da vacinação trazendo dados científicos para refutar os contrários da vacinação, pois aborda uma causa e uma consequência onde quem defende e quem é contra a vacinação.

Há uma dispersão de sentidos que produzem versões. Um espaço de significações. Se tomarmos que o movimento é feito através de suposições de Wakefield, que já foram desmentidas e retiradas da revista *The Lancet*, ser a favor do Antivacina com todas as evidências científicas contrárias a isto. Orlandi (2008) diz que: “o boato é uma resposta discursiva à necessidade de significar”, o movimento tem essa necessidade de significar, mesmo que seja numa posição de equívocos;

A informação não existe em si, numa exterioridade do ser humano, como podem existir certos objetos da realidade material (uma árvore, a chuva, o Sol) cuja significação, certamente, depende do olhar que o homem lança sobre esses objetos, mas cuja existência é independente da ação humana. A informação é pura enunciação. Ela constrói saber e, como todo saber, depende ao mesmo tempo do campo de conhecimentos que o circunscreve, da situação de enunciação na qual se insere e do dispositivo na qual é posta em funcionamento. (CHARAUDEAU, 2013, p. 36).

A informação descrita por Charaudeau (*op.cit*) não está na exterioridade humana como os demais objetos, está na linguagem e na língua, e no enunciado que ela produz, no modo como o jornalismo constrói esse efeito de informação. E conforme acontece, essa produção de enunciados acaba por produzir, o saber.

3.1 A Função-autor no movimento Antivacina

O movimento Antivacina surge a partir do artigo publicado na revista científica *The Lancet* intitulado *MMR vaccination and autism*³⁷, pelo ex-médico e ex-pesquisador Andrew Wakefield.

Após ser banido da comunidade médica do Reino Unido, se mudou para os Estados Unidos, lançou dois livros com os resultados de suas pesquisas em 2010, o livro: *Callous*

³⁷Em tradução livre: MMR Vacinação e autismo.

*Disregard: Autism and Vaccines - The Truth Behind a Tragedy*³⁸ e em 2012 seu segundo livro: *Waging War on the Autistic Child: The Arizona 5 and the Legacy of Baron Von Munchausen*³⁹.

Segundo Idoeta (2017), o movimento Antivacina também está em outro livro *Outra Sintonia*⁴⁰ que conta a história do autismo no mundo:

Essa história está sendo resgatada por um livro recém-lançado no Brasil, *Outra Sintonia*, em que os autores John Donvan e Caren Zucker narram a história do autismo na sociedade. O livro dedica um capítulo inteiro à polêmica em torno das vacinas - num momento em que, no Brasil e no mundo, debates sobre vacinação continuam fortes. (IDOETA, 2017).

O livro *Outra Sintonia*, dedica uma parte para falar sobre a pesquisa de Wakefield, que aos poucos vai sendo vinculado ao movimento Antivacina, assim como o debate em torno dos prós e contras a vacinação que ganham as manchetes atualmente.

Nessa tentativa de vincularmos o movimento Antivacina a uma autoria, ancoramos em Orlandi (2010) e nos atenta que esse processo de identificação da autoria acontece quando: “O autor é considerado como princípio do argumento do discurso, como unidade e origem de significações, como fulcro de sua coerência” (p.75). Ou seja, Wakefield ocupa a posição-sujeito como “origem” do movimento, pelo movimento da linguagem, ao publicar sua pesquisa na *The Lancet*.

A autoria é uma função do sujeito. Na Análise de Discurso, conforme Orlandi (2010):

[...] A função-autor, que é uma função discursiva do sujeito, estabelece-se ao lado de outras funções, estas enunciativas, que são o locutor e o enunciador, tal como as define O. Ducrot (1984): o locutor é aquele que se representa como “eu” no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse “eu” constrói. (ORLANDI, 2010, p.74).

A função-autor pensada através de Ducrot (*op.cit.*) que nos traz o locutor o “eu” no discurso um importante aspecto para pensar o papel de Wakefield, o “eu” na autoria do

³⁸Em tradução livre: Desprezo insensível: autismo e vacinas - a verdade por trás de uma tragédia.

³⁹Em tradução livre: Guerra contra a criança autista: o Arizona 5 e o legado do Barão Von Munchausen.

⁴⁰Estudo liderado pelo gastroenterologista britânico Andrew Wakefield, que sai na revista médica "Lancet", propõe que poderia haver um elo entre a vacina MMR (sarampo, caxumba e rubéola) e o surgimento do autismo. Erros, conflitos de interesse e análises aparentemente fraudulentos levariam à retração ("despublicação") do trabalho em 2010. Acesso em: 10 de jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2017/07/1899500-livro-conta-historia-do-autismo-dos-castigos-fisicos-a-neurodiversidade.shtml>

movimento Antivacina que se propaga depois de 20 anos da publicação do artigo na *The Lancet*. E, aqui nos contempla Orlandi (1984) com a função-autor ser uma função discursiva do sujeito.

O discurso de Wakefield na *The Lancet* é um discurso científico na divulgação científica. Para Orlandi (2008) esta é: “a produção e transmissão do conhecimento estão separadas pelo modo mesmo como se dá a relação constituição/formulação/circulação dos sentidos” (p. 156). A autora acrescenta:

Como dissemos, a ciência tem necessidade de representar em uma certa exterioridade, que se faz pela construção desse sujeito-leitor de ciência que, por sua vez, se apresenta como um sujeito social. Esse sujeito-leitor está representado (ou seja, presente, mas, transformado) no texto, pelo mecanismo de antecipação que ao produzir os efeitos de sentidos produz o próprio efeito-leitor (um imaginário de leitura). No caso da divulgação científica, há uma representação do leitor no texto pela acentuação do aspecto técnico do discurso. Por outro lado, não podemos esquecer que, em uma dada sociedade, formam-se saberes que estão em relação à forma dessa sociedade, numa certa história. E o efeito-leitor está relacionada a ela. Sem esquecer que a produção de ciência está fortemente ligada a uma sociedade que se estrutura pelo urbano. (ORLANDI, 2008, p. 157).

O efeito-leitor é indissociável da função-autor, mas aqui iremos apenas observar que há essa representação construída por esse imaginário de leitura. E que a divulgação científica só é possível, porque a sociedade é estruturada pelo urbano.

3.2 As produções de sentido na autoria e função-autor

Para Análise de Discurso, a autoria, segundo Alves (2015): “É no seio de determinada ordem do discurso que essa posição-sujeito aparece e entra em funcionamento” (p. 80). Em determinadas posição-sujeito que a noção de autoria tem seu funcionamento. Orlandi (2008) nos demonstra que há diferentes modos de produção de sentidos e que isso faz parte das práticas urbanas de conhecimento.

[...] A necessidade de saber é constitutiva da forma-sujeito-histórica em nossa sociedade e as novas tecnologias da linguagem, disponíveis, concorrem para configuração material dessa circulação, dessa divulgação da ciência. [...] Essas novas tecnologias ao produzirem uma nova forma de autoria concorrem para a produção de um novo efeito-leitor e isto pode ser feito com qualidade e desembocar em deslocamentos sensíveis da relação de saber/poder. (ORLANDI, 2008, p. 162).

As novas tecnologias da linguagem no digital reconfiguram o modo de circulação das informações e o acesso a elas. Esse deslocamento na relação de saber/poder está presente tanto no artigo científico quanto nos livros e para considerarmos Wakefield, dentro da função-

autor pela perspectiva da Análise de Discurso. Assim, as novas tecnologias da linguagem do digital, reconfiguram o modo de circulação da ciência, como as revistas científicas.

O deslocamento na relação de saber/poder está presente tanto no artigo científico quanto nos livros e assim considerarmos Wakefield, dentro da noção de autoria e função-autor, tal como discorre pela perspectiva da Análise de Discurso. É preciso distinguir entre o que Foucault⁴¹ (1982) diz ser autoria como num quadro restrito e privilegiado de produtores originais de linguagem, e para Orlandi (2004) que diferentemente de Foucault, o que está se realizando toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem.

[...] produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não contradição e fim. Em outras palavras, ela se aplica ao corriqueiro da fabricação da unidade do dizer comum, afetada pela responsabilidade social (Orlandi, 1993): o autor responde pelo que diz ou escreve pois é suposto estar em sua origem. Assim estabelecemos uma correlação entre sujeito/autor e discurso/texto (entre dispersão/unidade etc.). (ORLANDI, 2004, p. 69).

O autor se inscreve em uma posição de autoria em que se significa pelo seu gesto de interpretação, implica sua responsabilidade social sobre o que é dito. Encontramos em Gallo (1992) na assunção de autoria pelo sujeito, que elabora como é a função-autor:

[...] Função-autor consiste em última análise, na assunção da “construção” de um “sentido” e de um “fecho” organizadores de todo texto. Esse “fecho”, apesar de ser entre tantos outros possíveis produzira para o texto, um efeito de sentido único, com se não houvesse outro possível. Ou seja, esse “fecho” torna-se “fim” por um efeito ideológico produzido pela “instituição” onde o texto se inscreve: o efeito que faz parecer “único” o que é “múltiplo”; “transparente” o que é “ambíguo”. (GALLO, 1992, p. 58).

O sentido de fecho que produz um sentido único para o texto é condicionado pelo efeito ideológico institucionalizado de onde ele se constituiu. Única fonte de saber com sentido, efeito de transparente, sendo que possui múltiplos sentidos e podem ser dúbios.

A partir de Pfeiffer (1995), trazemos as contribuições foucaultianas para se pensar nessa autoria, e conforme Pfeiffer (*op.cit.*) o funcionamento da função-autor nos discursos.

⁴¹ Em 22 de fevereiro de 1969, Michel Foucault proferiu uma famosa conferência, intitulada “O que é um autor?”, em um encontro da Sociedade Francesa de Filosofia. Esse texto, que foi novamente apresentado no ano seguinte nos Estados Unidos, recebendo uma versão em inglesa ligeiramente modificada, teve um importante impacto nas discussões acerca do estatuto da autoria, especialmente no seio dos estudos literários. Além dessa apresentação, outros dois importantes trabalhos de Foucault desenvolvidos na mesma época, na virada da década de 1960 para os anos 1970, também abordaram diretamente a questão da autoria. São eles: A arqueologia do saber, publicado em março de 1969, e A ordem do discurso, sua aula inaugural na *Collège de France*, proferida em 2 de dezembro de 1970. Acesso em: 11 de nov. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraca/article/view/19932/14530>

Estes são constituídos em quatro características: apropriação, fiabilidade, concretude e unidade, cisão.

Todos os quatro critérios se baseiam no texto: a) os textos têm de manter entre si um certo nível constante de valor - retira-se da obra de um autor os textos que se apresentarem inferiores aos demais; b) os textos têm de apresentar uma coerência teórico-conceitual; c) precisam caracterizar-se por uma coerência estilística; d) e, finalmente têm que possuir uma afinidade temporal com o autor - nada que se constitua em fato histórico posterior à morte do autor pode ser considerado fazendo parte de sua obra. A crítica literária moderna, segundo Foucault, se baseia nesses critérios, como também nas decorrências dos critérios anteriormente discutidos: o autor tem função de dar concretude ao texto, tomando-o passível de críticas. O autor é o responsável pela obra toda. Tudo em que a linguagem se desdobra pode ser atribuído a algo concreto, discernível, acessível que lhe explica, justifica lhe: o autor. (PFEIFFER, 1995, p. 55).

Segundo Pfeiffer (*op.cit.*), essas quatro características são para Foucault, a base para definir essa função-autor pensando no empírico, e são baseados no texto do autor que é responsável por toda a obra e assim estar ciente das críticas literárias que podem surgir com ela. Neste processo de criação de uma obra literária o autor situado em um lugar da temporalidade e de estilo retira da obra os textos inferiores, assim seguindo uma coerência na teoria que se propôs.

Para Pfeiffer (1995), a circulação de um discurso é todo um processo que engloba vários aspectos de produção para a divulgação da obra de um autor:

Pensar sobre a circulação de um discurso não é restringir-se ao momento da leitura, mas levar em consideração desde a sua produção (do texto) até os meios pelos quais ele chega às mãos do leitor (editoras, universidades, livrarias, congressos, circulação interna à universidade etc.). (PFEIFFER, 1995, p. 54).

Primeiramente para se pensar essa circulação de um texto, e, aqui, remetemos ao artigo Antivacina de Wakefield que circulou em um ambiente e mais restrito ao grande público, o do site da revista científica *The Lancet*, que levou quase uma década segundo Idoeta (2017), para se retratar afirmando que a pesquisa era totalmente falsa.

Em 2010, o Conselho Geral de Medicina do Reino Unido julga o autor inapto para o exercício da profissão, ano em que lança seu primeiro livro. Temos, assim, outro espaço de circulação, a mídia, pois os livros de Wakefield estão à venda na internet, em circulação. Como diz Pfeiffer (1995), se refletirmos a internet é na atualidade: “A vitrine é um chamariz, um meio de marketing, não podemos nos esquecer disto” (p. 54). O meio como a notícia chega à mão do leitor, neste caso, com a internet, apontam que são outras as condições de produção e específicas da tecnologia em nossa sociedade.

A internet e os novos meios digitais vêm desencadeando um processo que coloca em questão a forma-livro e a autoridade autoral, além de subverter as formas de controle e os modelos comerciais, muitos deles estabelecidos desde o século XVIII. Novas tecnologias de poder e inéditas posições-sujeito emergem no seio daquilo que se convencionou chamar de “cibercultura”, entendida como uma formação histórica, um conjunto de práticas e representações que se baseiam nas redes telemáticas e que se desenvolvem com a crescente mediação da vida cotidiana pelas tecnologias da informação, que se tornam cada vez mais ubíquas. (ALVES, 2015, p. 94).

As configurações da sociedade contemporânea mudaram drasticamente com o uso das tecnologias e do acesso à informação, assim como processo de autoria perpassa o digital, atualmente é muito mais fácil chegar a uma obra pela sua circulação na internet, como o nosso *corpus*. Este tem mais visibilidade agora, do que em 1998 quando estava restrito ao acesso na revista *The Lancet*, por exemplo. As posições-sujeito atuais também permitem se apropriar da autoria de uma obra ou de um movimento na internet, sem uma autorização autoral.

Pela Análise de Discurso, pelo gesto de interpretação, compreendemos o modo como o sujeito se significa no processo de autoria. No caso em que discutimos, sobre a *Fake News*, faz-se necessário compreendermos como uma situação de linguagem vista como boato perde esse *status*, ou seja, deixa de ser uma mentira quando encontra um autor.

Segundo Orlandi (2008): “Desde que há um autor socialmente visível e assumido, o boato deixa de ser boato, o comentário passa a palavra autorizada (verdadeira ou falsa)” (p. 145). Encontramos em Wakefield esse autor socialmente visível e assumido, com sua palavra autorizada de posição-sujeito de médico pesquisador, ou seja, verdadeira. Porém a palavra autorizada, o discurso científico, não tendo consistência científica quando não dispõe de todos os dados de sua pesquisa e publica o artigo este se funda automaticamente em uma ideia falsa. Em outros termos, os dados é que irão dar a consistência de significação ao discurso científico. Tal como ocorre em 1998.

Orlandi (2008) discute o modo de circulação e de constituição da significação, do fato de linguagem. Assim: “Há o fato, há a necessidade de significá-lo socialmente – na ordem do sentido público – e há uma disputa pelo sentido “verdadeiro” (p.146)”. Wakefield procura significar sua pesquisa socialmente em um espaço de circulação científico prestigiado, e por esta ordem do sentido público pela disputa desse sentido dito verdadeiro. Pela Análise de Discurso, conforme Orlandi (2008): “ao produzir um texto, o autor faz gestos de interpretação que prendem o leitor nessa textualidade constituindo assim ao mesmo tempo uma gama de efeitos-leitor correspondente” (p. 151).

Para Michel Pêcheux (2009), essa disputa pelo sentido “verdadeiro”, está em discussão em “Semântica e Discurso”, em que se defende até mesmo na prática científica, supostamente encarregada de mostrar o verdadeiro, implicava em uma “tomada de posição pela objetividade” (2009, p.183). Essa tomada de posição pela objetividade, no caso de Wakefield, é descrita por Idoeta (2017) pelo fato de que:

[...] em 2004 descobriu-se que antes da publicação do artigo na *Lancet*, em 1998, ele havia feito um pedido de patente para uma vacina contra sarampo que concorreria com a MMR, algo que foi visto como um conflito de interesses. (IDOETA, 2017).

De modo que, pelo discurso, sentidos constituem o dizer em validar cientificamente a pesquisa, para a disputa de patente de vacina contra Sarampo contra a já conhecida vacina MMR. Assim, Orlandi (2008) diz que a linguagem tem em si a sua significância, o fato discursivo que tem “No momento em que é nomeado legitimamente, o fato sua realidade significativa historicamente definida” (p. 145). Ou seja, Wakefield se legitima pela publicação na revista, sua pesquisa torna o fato de associar a vacina MMR como possível causa de Autismo nas crianças estudadas, e isto significa na realidade a pesquisa abrindo um novo capítulo na ciência que é do movimento Antivacina. Pode-se depreender pelo movimento da interpretação, o modo como o discurso movimenta sentidos e significa as posições-sujeito.

Em 2018, o Ministério da Saúde brasileiro – sobre esse efeito do discurso do movimento Antivacina – lança uma campanha para combater a baixa na imunização, e um site intitulado “Saúde Sem Fake News”⁴², que disponibiliza um número para contato.

Para combater as Fake News sobre saúde, o Ministério da Saúde, de forma inovadora, está disponibilizando um número de WhatsApp para envio de mensagens da população. Vale destacar que **o canal não será um SAC ou tira dúvidas** dos usuários, mas um **espaço exclusivo para receber informações reais**, que serão apuradas pelas áreas técnicas e respondidas oficialmente se são verdade ou mentira. Qualquer cidadão poderá enviar gratuitamente mensagens com imagens ou textos que tenha recebido nas redes sociais para confirmar se a informação procede, antes de continuar compartilhando. O canal SAÚDE SEM FAKE NEWS visa, exclusivamente, esclarecer informações que a população enviar, com o intuito de confirmar se estas se tratam de verdades ou não. Em outras palavras: trata-se de um canal direto com o Ministério da Saúde, de maneira a desmentir as chamadas “Fake News”, ou “notícias falsas”, que circulam livremente por mensagens via redes sociais. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

⁴² O movimento Antivacina gera impacto negativo no esforço do país em combater a doença. As *Fake News* são responsáveis por transmitirem informações erradas, colocando em dúvida a eficácia e efetividade das vacinas. Acesso em: 10 de out. 2019. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/fakenews>



Figura 10: Afirmação que a notícia sobre as vacinas causarem autismo com o selo: Isto é Fake News! No site do Ministério da Saúde ⁴³.

O Ministério da Saúde enquanto instituição do Estado, ao colocar um selo “ISTO É FAKE NEWS!” (figura 10), produz um efeito discursivo institucional sobre o outro discurso, da não verdade, da notícia falsa e diz: ISTO É *FAKE NEWS*. O Ministério da Saúde pela formulação no uso da sintaxe, o pronome demonstrativo, no discurso institucional, produz um gesto que certifica pela formulação – “ISTO É FAKE NEWS!”. Há uma disputa de efeitos de sentido, força e espaço de contradição. Imagem e escrita constroem sentidos pelo dizer da ciência.

No site do Ministério da Saúde, que possui uma página dedicada a desmentir boatos que circulam na internet sobre medicamentos, vacinas e demais questões de saúde pública. As notícias investigadas pelo site recebem um selo do Ministério da Saúde que Adverte: Esta Notícia é Verdadeira: Compartilhe ou Isto é Fake News: Não Divulgue.



Figura 11: Selos de verificação do site do Ministério da Saúde⁴⁴.

Para Pfeiffer (1995) a ausência do autor, no texto, reclama o gesto de autoria como um fato discursivo. No caso da (figura 10), não exposto na formulação a página do site do

⁴³ Acessado em 16/10/2019. Disponível em: <https://pt.prepareforchange.net/2017/04/21/as-novas-vacinas-ainda-causam-autismo-e-os-governos-sabem/>

⁴⁴ Fonte: <https://www.saude.gov.br/fakenews>

Ministério da Saúde, sobre quem teria produzido a *Fake News* é um dizer em que se reclama o gesto de autoria como um fato discursivo.

Foucault trabalha a noção de Autor restrita ao grupo de escritores legitimados. Orlandi e Guimarães (1988) estendem essa noção para o próprio fato discursivo. A dimensão textual do DIZER já implica em ser autor. Porém, nem sempre, por razões igualmente discursivas, o sujeito consegue se colocar na posição de autor do seu dizer. (PFEIFFER, 1995, p. 50).

O autor, no caso da vacina, embora não citado, no texto do Ministério da Saúde, que não é identificado já ocupa a posição de autoria do seu dizer nesse contexto da circulação de seu texto.

O título “As Novas Vacinas ainda causam Autismo e os Governos Sabem”, compartilhada por Edward Morgan é de uma matéria que circula na internet, que traz dados científicos de outros autores e não cita Wakefield sobre a associação das vacinas de MMR e casos de Autismo⁴⁵. A matéria ainda conclama os leitores a repensarem a vacinação e o direito de escolher se vacinam ou não seus filhos.

É altamente previsível que as taxas de autismo aumentem à medida que mais vacinas chegam ao mercado e os estados exijam os calendários de vacinação mais preenchidos. O público precisa ser educado sobre a ciência e, finalmente, decidir por si mesmos. Numa democracia real, um paciente informado deve ter a liberdade de escolha de tomar as suas próprias decisões sobre saúde. Hoje não é possível um debate honesto sem consentimento informado, sem ciência real, sem transparência na pesquisa das vacinas e sem estatísticas precisas. Em vez disso, temos as instituições governamentais de saúde, como o CDC, no seu próprio site a proferir afirmações falsas, defendendo notícias falsas. Finalmente, o pior é que os poderes nacionais e locais estão a ser usados para exigirem a aplicação da vacinação de forma totalitária sobre os seus cidadãos. Isso não é democracia, trata-se de tirania médica. (GALE and NULL, 2017).

O discurso científico, o saber da ciência, não é de domínio da coletividade. A linguagem joga com o interlocutor, capitanea-o a se significar, como sujeito, cidadão de direitos e deveres. O sujeito a se significar em uma posição contra o Estado. De modo que, ideologicamente, o Estado ao colocar no mercado a vacina produz um modo de interpelação do sujeito ao consumo do produto. A obrigatoriedade da vacina é vista como tirania médica,

⁴⁵ Conhecimento do governo e da indústria sobre uma ligação vacina-autismo é um documento revelado a 16 de dezembro de 2011, da *GlaxoSmithKline*, um dos maiores fabricantes de vacinas do mundo. O texto admite que a corporação tem conhecimento dos riscos de autismo associados à sua vacina *Infanrix*, que combina a difteria, o tétano, a *pertussis acelular*, a hepatite B, a pólio inativada e os vírus *haemophilus influenza*. O relatório detalha os efeitos adversos associados com o autismo, incluindo a encefalite, atrasos no desenvolvimento, estados alterados de Consciência, atrasos de fala e outras reações adversas. Acesso em: 16 de out. 2019. Disponível em: <https://pt.prepareforchange.net/2017/04/21/as-novas-vacinas-ainda-causam-autismo-e-os-governos-sabem/>

ou seja, o Estado tutela o cidadão seu dever em vacinar indo contra seu direito de escolha em não se vacinar.

Segundo Gale e Null (2017), o site do CDC profere afirmações falsas, defendendo notícias falsas, de que a vacinação é segura e são usadas de forma totalitária contra os cidadãos em uma tirania médica.

Tanto o artigo de Wakefield quanto o artigo de Gale e Null dizem cada qual sobre o “boato”. De nossa parte, entendemos que a materialidade do discurso se abra para interpretação. Assim, a profusão de dizeres sem cunho científico já dispõe de certa forma de entradas para múltiplas interpretações. Nessa direção, o estalo, o ruído, o rumor tornam-se um efeito pendular na sociedade.

A cada momento constroem-se versões. Leclerc (1998) delinea, discursivamente sobre um possível dizer irresponsável e sem controle dentro de um discurso, o midiático, que é rico tem profusão, pois se espalhou pela internet o que o tornou perigoso provocando a baixa procura pela imunização na sociedade, pelas campanhas de vacinação. Em contraponto o aumento do movimento Antivacina no mundo. Em grosso modo um efeito “dominó” que se desdobra, mas com que sentido? A circulação que dá essa materialidade das *fake news* é o mesmo efeito que o boato sempre produziu ao circular na internet ou na sociedade.

Pfeiffer (1995) aponta, a partir de Foucault:

A noção individualizante de *autor* é historicamente construída e poderíamos dizer que, tal como a conhecemos, é bem recente. Está vinculada ao processo de individualização da história das ideias, dos conhecimentos. Da literatura, da filosofia, das ciências. Sem ter a intenção de se deter em análises histórico-sociais de como a figura do autor se individualizou e se tornou a referência principal para se falar/pensar sobre um texto, Foucault se preocupa com a relação entre a figura do autor e o texto: "a maneira como o texto aponta para esta figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos em aparência". (PFEIFFER, 1995, p. 51).

Assim o texto faz pensar discursivamente sobre o autor mesmo sem citar Wakefield, aponta para ele como possível autor, pela associação das vacinas MMR ao autismo e pela publicação na *The Lancet* ter lhe dado essa aparência ao que Foucault (1984) descreve sendo de uma figura que é exterior e anterior.

Pfeiffer (1995) pontua que: “Instaurar novos discursos significa tornar possível que se instaurem oposições, contradições a estes discursos” (p. 56). E como no pensamento de Foucault (1984 *apud* 1995) de que: “A instauração está ligada à ruptura - diferindo, então, da fundação de uma nova cientificidade” (p. 56), isto é:

A instauração discursiva não está sendo considerada como uma característica necessária para um sujeito ocupar a função-autor. A autoria não está, portanto, vinculada à ideia de ruptura. Essa ruptura é somente o exemplo maior e mais complexo de um processo de autoria. (PFEIFFER, 1995, p. 56).

A instauração discursiva não é o princípio fundamental para a autoria, porém é uma característica predominante, e assim como é a ruptura presente nesse processo de autoria, pois esta inaugura dentro da autoria novos saberes rompendo com os anteriores. Assim para Foucault (*op.cit.*) é necessário pensar nos funcionamentos nesse jogo da função autor, conforme:

[...] modo de existência: os modos de circulação, de valorização, de atribuição, de apropriação dos discursos. Tais funcionamentos podem ser melhor avaliados e percebidos no jogo da função autor. E pensar na função autor é pensar no sujeito - seu funcionamento. É pensar sob quais condições e formas um sujeito pode funcionar na ordem do discurso. É pensar quais são os lugares e quais funções pode ocupar um sujeito em cada tipo de discurso. (PFEIFFER, 1995, p. 57).

Os modos de existência, circulação, valorização, atribuição e apropriação dos discursos apresentados são os que caracterizam a função-autor em Foucault (*op.cit.*), segundo Pfeiffer (*op.cit.*), mas ainda é preciso pensar no sujeito e seu funcionamento com condições e formas que um sujeito funciona na ordem discursiva. Remetemos ao autor Wakefield. Este ocupa o lugar de pesquisador médico, referência no estudo, essa posição é ocupada em cada tipo de discurso como do artigo científico e como autor dos livros. As condições e formas são adaptáveis ao autor em seu processo de autoria.

A instauração discursiva de Foucault, é a noção de retorno às origens, e na Análise de Discurso, conforme Pfeiffer (1995) a descreve é uma (re)atualização:

Foucault introduz uma noção necessária, para se pensar o processo de instauração discursiva: a noção de "retorno às origens". Em oposição a ela estão colocadas as noções de "redescoberta" e de "reatualização". A "redescoberta" é o processo no qual uma noção há tempo esquecida ou esboçada é retomada de outro modo em uma nova teoria. Já "reatualização" é a reinscrição de um discurso científico num outro domínio a título de generalização ou aplicação ou ainda de transformação. Por fim, a noção de "retorno às origens": a instauração de uma discursividade tem como característica constitutiva a necessidade do esquecimento. Para que a ruptura se dê, é preciso que seja construído um espaço vazio onde ilusoriamente se encaixa como novo e transparente/evidente um DIZER. Faz parte da dialética constitutiva da linguagem que na instauração do novo haja o esquecimento do DITO para que um outro DITO, com vestes de obriedade, fixe-se. Há de ficar claro que esquecimento e instauração são ambos constitutivos e se dão mutuamente no processo de ruptura discursiva. É por isso que o "outro dito" toma as vestes de original, de acabado (finalizado): daquele que vai ocupar o lugar vazio, ilusoriamente não preenchido. (PFEIFFER, 1995, p. 56)

A noção de retorno às origens é um processo da instauração discursiva. Esse esquecimento é necessário para que haja a ruptura que irá alocar um dizer nesse espaço supostamente vazio. O esquecimento de um dito faz surgir outro dito, que na obviedade acaba por fixar-se como uma dialética constitutiva da linguagem, conforme Foucault (*op.cit*). Esse processo da ruptura discursiva, apontado por Pfeiffer (*op.cit*) acontece simultaneamente dentro do esquecimento e instauração discursiva e por isso que esse “outro dito” ocupa esse espaço ilusório vazio do outro.

O movimento Antivacina acontece nesse processo de ruptura de uma memória discursiva, conforme Dias (2018): “saíndo do espaço da repetição formal e se inscreve no funcionamento do interdiscurso” (p. 105). Esse efeito acontece pelo esquecimento que neste caso as vacinas são benéficas e erradicaram as doenças endêmicas dos séculos anteriores e agora se instauram como malélicas, com um discurso outro em que causam distúrbios neurológicos nas crianças vacinadas, como o Autismo, conforme a teoria levantada por Wakefield, em 1998.

3.3 Autoria na escrita

O discurso da escrita, conforme aponta Gallo (2015) para que: “possa circular na internet, ele não se produz aí, uma vez que essa forma discursiva, na sua origem, vincula-se a instituições de poder (dizer)” (p. 02). Como na matéria do jornal online *The Intercept*⁴⁶ com o título: “O casamento entre a extrema direita e o movimento antivacina é um perigo para o mundo”. Segundo a matéria de João Filho (2019) alguns pais não veem mais a necessidade de vacinar seus filhos pela erradicação das doenças e o outro motivo é a crescente onda de desconfiança nas vacinas:

O movimento antivacina não é recente, mas ganhou asas com a internet. Em tempos de pós-verdade, em que o conhecimento científico passou a ser contestado por qualquer youtuber eloquente, a eficácia das vacinas deixou de ser um fato e passou a ser uma questão de opinião. Assim como o terraplanismo e o negacionismo climático, o movimento antivacina tem encontrado guarida na extrema direita mundial. Ele virou parte do pacote antissistema que agrada os extremistas. (FILHO, 2019).

⁴⁶ Brasil pode se orgulhar de ter implantado uma política de vacinação que é referência e apresenta um dos maiores índices de cobertura do mundo. Mas o futuro não é animador. Um levantamento do Ministério da Saúde mostrou que sete das oito vacinas obrigatórias para crianças recém-nascidas não alcançaram a meta de 95% de cobertura no ano passado. Desde 2011, o número de crianças vacinadas com até dois anos vem caindo drasticamente. É um dado preocupante. Acesso em: 18 de nov. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/07/14/movimento-antivacina-extrema-direita-trump-bolsonaro/>

A língua é tomada pela espessura semântica. A língua funciona em sua opacidade pela ideologia. De modo que ela produz o efeito de evidência. Assim, cabe ao sujeito leitor pelo gesto de interpretação, o questionamento a discursividade. Adorno e Silveira (2017) nos trazem o conceito de pós-verdade no sentido relacionado o compartilhamento de Fake News:

[...] uma outra maneira de compreender a dita era da “pós-verdade”, como um modo de enlaçamento social por uma interlocução discursiva que não está necessariamente fora do discurso dominante, mas que pode sim estar fora da normatividade do discurso dominante, ou pelo menos da normatividade própria dos discursos da escrita – sem negar o equívoco, a contradição entre o que se diz sobre a prática e a própria prática da “pós-verdade”. (ADORNO & SILVEIRA, 2017, p. 05).

O discurso dominante inscrito no discurso da escrita através do equívoco aparece em um tweet de 2014 do atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump que associa a vacinação ao Autismo:

Healthy young child goes to doctor, gets pumped with massive shot of many vaccines, doesn't feel good and changes – AUTISM. Many such cases⁴⁷! — Donald J. Trump (@realDonaldTrump) 28 de março de 2014. (FILHO, 2019).

Trump usa da normativa do discurso da escrita nesse tweet de 2014, pela formulação que produz o enlaçamento social da rede, Twitter. Dentro de um discurso dominante e sem negar o equívoco e a contradição sobre a relação não confirmadas das vacinas com o Autismo, ou seja, nesse deslize da informação que produz efeito de pós-verdade.

No Brasil, segundo Filho (2019) o movimento Antivacina ainda não foi abraçado pelo ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta, que tem se mostrado preocupado com a queda do índice da vacinação no país.

O ministro parece ter juízo nessa seara. O risco é que, se por algum motivo Mandetta cair, há chance de um nome antivacina substituí-lo. Olavo de Carvalho, que costuma indicar ministros ao presidente, é um cético sobre vacinação. Em 2006, o farol intelectual do bolsonarismo afirmou: “Já li provas científicas eloquentes de que (vacinas) são úteis e de que são perniciosas, e me considero humildemente em dúvida até segunda ordem.” Em 2008, o guru já se mostrou mais incisivo. Ele foi à loucura com uma campanha de vacinação contra a rubéola. “Essa vacina, ao que tudo indica, tal como aconteceu em outros países, tem dentro uma substância esterilizante. Isso é uma campanha de esterilização em massa”, denunciou antes de xingar o ministro da Saúde da época de “vigarista filho da puta” que “merecia uma cuspidinha na cara”. Se houver uma nova revolta da vacina, certamente já temos um líder. Segundo relato da sua filha, Olavo não vacinava os filhos e dois deles tiveram que ser internados por complicações do sarampo. (FILHO, 2019).

⁴⁷ Em tradução livre: Uma criança saudável vai ao médico, é bombardeada com muitas vacinas, não se sente bem e transforma – AUTISMO. Muitos casos desses.

A matéria traz distintas formações discursivas, sentidos em relação ao movimento Antivacina, como a do guru intelectual governista que apoia amplamente esse movimento. Outro ponto abordado na matéria de Filho (2019), em relação ao compartilhamento das informações do movimento Antivacina:

No YouTube brasileiro, as conspirações Antivacina⁴⁸ começam a engatinhar. Uma reportagem da BBC mostrou como mentiras importadas sobre o assunto têm feito sucesso no país. Depois que você assiste ao primeiro vídeo demonizando as vacinas, o algoritmo do YouTube te joga para dentro de uma bolha conspiratória. Há desde um médico famoso como Lair Ribeiro criticando a vacina da febre amarela para crianças — o que não faz o menor sentido, segundo especialistas da área — até malucos desconhecidos dizendo que a vacinação é um plano de Bill Gates para esterilizar e reduzir a população mundial. Não é difícil imaginar o perigo desse tipo de informação circulando no país em que a mamadeira de piroca ajudou a eleger um presidente. (Filho, 2019).

Filho (*op.cit.*) se refere à bolha conspiratória do *Youtube* através do algoritmo, para Dias (2018) “funciona como se fosse uma memória, quando na verdade, ele não é uma memória, ele é o dizer repetidamente re-atualizado” (p. 77), ou seja, vai bifurcando e usa para procurar os vídeos específicos de cada assunto com isso sempre estarão em destaque na busca de cada usuário em distintas condições de produção.

Adorno e Silveira (2017) demonstram como funciona discursivamente o *Youtube*, a plataforma de compartilhamentos de vídeos legítima o discurso da escrita sendo atravessada por uma prática própria do discurso da escritorialidade com as discursividades próprias da internet.

[...] ao definir de um modo específico as dicas para evitar o compartilhamento de *Fake News*, o *youtuber* reafirma critérios de legitimação do discurso da escrita, mas já com um atravessamento de uma prática própria do discurso da escritorialidade, uma vez que ao mesmo tempo que ele indica a necessidade de conferir se a notícia é falada na grande mídia (para ser “verdadeira”) ele também sugere que a verificação seja feita no Google, sobretudo no Google notícias. Há aí uma mescla de critérios de verificação que se baseiam, portanto, tanto no discurso da escrita quanto no discurso da escritorialidade, mesmo que nesse caso a ênfase dada ao Google notícias recubra uma prática informacional que ainda privilegia os grandes veículos de informação. (ADORNO e SILVEIRA, 2017, p. 04).

⁴⁸ Um relatório da Organização Mundial da Saúde estima que vacinação evita de 2 milhões a 3 milhões de mortes por ano e poderia evitar mais 1,5 milhão se a cobertura fosse melhorada no mundo. O órgão se mostrou tão preocupado com as consequências do movimento Antivacina que o incluiu em uma lista dos dez maiores riscos à saúde global em 2019, ao lado de ebola, HIV, dengue e influenza. Acesso em: 18 de nov. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/07/14/movimento-antivacina-extrema-direita-trump-bolsonaro/>

Os autores estão analisando um *youtuber* que dá dicas para seus espectadores do seu canal como evitem o compartilhamento de *Fake News*, este prioriza os sites de busca de informações como o Google que é um discurso da escrita ainda mesmo se baseando em uma pesquisa online. A marca da escritorialidade é na verificação da verdade da notícia feita nos veículos midiáticos tradicionais associados com a ferramenta de buscas de informações, o Google.

Sobre o Google ser um buscador, Dias (2015) reflete isto como um fato de língua na leitura do arquivo:

[...] No caso de um buscador, como o Google, por exemplo, é preciso atentar para isso e não subestimar o “fato da língua” na leitura do arquivo. Em outros termos, não tomar como uma evidência do arquivo o resultado da busca, porque ela não é mais do que dados em relação algorítmica numa memória metálica. É preciso, no entanto, atentar para as correspondências que esses “dados” engendram em nós, o que já se dá a partir de uma filiação à memória histórica, de um trabalho do arquivo. É isso considerar o digital em sua materialidade. (DIAS, 2015, p. 974).

A relação algorítmica apontada por Dias (*op.cit.*) é uma memória compreendida como metálica⁴⁹ estabilizada pelo próprio site de busca. Assim a autora considera como o digital tem sua materialidade própria que é engendrado que se constituem a partir de uma filiação à memória histórica. Orlandi (2010) define a memória metálica como; “Quantidade e não historicidade. Produtividade na repetição, variedade sem ruptura. E o mito, justamente, desta forma de memória é o “quanto mais, melhor”.” (p. 08). O Google é esse tipo de arquivo.

A verificação se é verdadeira ou não uma informação é feita através da checagem dos fatos⁵⁰ (*fact-checking*) é como se tenta combater a disseminação de notícias falsas na internet pela internet, grandes veículos de mídia criaram suas agências de checagem para desmentir os boatos que circulam.

A prática de checagem dos fatos remete, portanto, a formas contraditórias dessa relação, sobretudo quando ela se reduz, como na fala do *Yotuber*, a critérios de legitimação próprios do discurso de escrita, mais precisamente aqueles que defendem o nome do autor, a credibilidade e isenção do veículo midiático, e todas essas noções que afetam o campo jornalístico e midiático tradicionais. Desse modo, ao se ancorar em critérios do discurso de escrita, entra em contradição com seu

⁴⁹ A memória metálica, segundo Orlandi (2010) é a memória da máquina, uma memória que não se produz pela historicidade, mas por um constructo técnico, que funciona e circula pela mídia e através das novas tecnologias de linguagem. Acesso em: 20 de out. 2019. Disponível em <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/pdf/16-2/1-16-2.pdf>

⁵⁰ Segundo Bruno Fonseca do site Pública: “O *fact-checking* é uma checagem de fatos, isto é, um confronto de histórias com dados, pesquisas e registros e uma forma de qualificar o debate público por meio da apuração jornalística. De checar qual é o grau de verdade das informações”. O que é fact-checking? Acesso em: 18 de nov. 2019. Disponível em: <http://apublica.org/2017/06/truco-o-que-e-fact-checking/>

próprio modo de funcionamento, uma vez que a grande maioria dos sites e portais de checagem de informação nasce no digital e são, em sua maioria, mantidos por sujeitos usuários comuns sem vínculo com os veículos midiáticos tradicionais, isto é, nasceram da possibilidade de que sujeitos outros pudessem mapear, verificar, arquivar notícias em circulação por já considerarem a produção de notícias falsas. (ADORNO e SILVEIRA, 2017, p. 04).

A verificação feita por grandes veículos de mídia e por outros sujeitos comuns que usam das ferramentas do *fact-checking* para checar a veracidade dos fatos se dá pelo momento da disseminação das *fake news* na atualidade, tanto na internet como na mídia tradicional.

[...] é possível afirmar que existe um senso comum que parece concordar e mesmo produzir uma generalização de que vivemos a era da *Fake News* por causa da internet, o que permite a muitos afirmar que a internet é a grande produtora de *Fake News*, ou, que são os sujeitos usuários das mídias sociais digitais os responsáveis pelas *Fake News*. Por outro lado, é também com a internet que surgem os sites e mecanismos que permitem checar a “veracidade” dos fatos e notícias que circulam não só na internet, mas em outros meios ou veículos de informação. Isso indica que a fonte produtora de notícias falsas não é algo que se possa generalizar, atribuindo a responsabilidade à “internet”, mas que ela pode advir de variados meios e sujeitos. Consideramos, portanto, que a indistinção que se faz entre produzir e compartilhar, permite que a generalização recaia nesse sujeito usuário das mídias sociais, uma vez que nesses espaços a injunção recaia mais fortemente no “compartilhamento”, mais até do que ao dizer. O fato de a normatizar incidir sobre o compartilhamento indica uma forma singular de legitimação que se relaciona fortemente com a noção de quantidade, como temos defendido em outros trabalhos, o discurso de escritorialidade parece se legitimar pela via da quantificação, ou seja, quanto mais circula, mais legítimo. (ADORNO e SILVEIRA, 2017, p. 03).

A internet é tida como o meio de surgimento das *Fake News*, porém ao mesmo tempo a combate com as agências de checagem e cada vez mais para verificar a autenticidade das informações na web. Guimarães (2019), em sua pesquisa desmitifica esse lugar do surgimento possível das *fake news*:

Pensar nas *fakes news* apenas como prática associada à tecnologia digital é inscrevê-la somente à realidade atual, o que não é verdade. A prática de transmissão de notícias falsas remete ao processo de constituição do homem como um ser social, isto é, oriunda das primeiras relações de comunicação entre os *homo sapiens*, advinda da Revolução Cognitiva, entre 70mil e 30 mil anos atrás. (GUIMARÃES, 2019, p. 54).

Adorno e Silveira (*op.cit*) denomina o sujeito usuários de mídias sociais como esse sujeito hodierno conectado ao ciberespaço. E o discurso da escritorialidade é afirmado pela quantificação da circulação que quanto mais à informação circula por diferentes sites a legitima tornando verdadeira. Conforme Gallo, a condição de todos a legitimidade do seu dizer na internet.

[...] o fecho com efeito de fim, a legitimação, o efeito-autor pode se dar na Escritorialidade, mas essa não é uma condição intrínseca a esse tipo de

discursividade. Para que aconteça esse efeito é preciso uma leitura a partir de um discurso de Escrita. A condição material dessa leitura é que produzirá ou não esse efeito. A Escritorialidade demanda o outro, que virá fechar o sentido, mas um outro sempre dividido. (GALLO, 2015, p. 06).

Fenômeno das *Fake News* não é novo como podemos ver aqui, porém encontrou na internet seu terreno mais fértil para sua propagação e circulação ampliando a quantidade de pessoas atingidas por elas. Ainda requer mais estudos para afirmar o porquê esse sujeito usuário de mídias sociais o repasse, e mesmo veículos de mídia também fazem isso, sem checar criteriosamente a informação antes de compartilhá-la, seja na mídia impressa ou digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação fizemos um Estudo das Condições de Produção do Movimento Antivacina, usando os conceitos da Análise de Discurso sobre o Efeito-rumor, Fake News e Efeito-Autor que, ancoradas nas teorias linguísticas e jornalísticas, tentamos compreender o modo que se coadunam para a manutenção do discurso antivacina na sociedade contemporânea. Isso se dá ao intitularmos esse trabalho como *Fake News*: a circulação de uma memória discursiva do movimento Antivacina.

A proposta inicial desta pesquisa foi colocar em uma perspectiva histórica o termo *Fake News* na imprensa, através das condições de produção dos veículos de comunicação e o uso do termo neste século, pontuando as principais ocorrências em jornais e sites. Um fato linguístico marcante nesse levantamento é que o termo mudou de *False* para *Fake* por uma

questão de pura adjetivação na língua inglesa, mostrando a vivacidade da língua sendo esta, mutável. O termo *Fake News* nos remete a uma representação da língua inglesa para informações falsas. Em português não traduzimos a palavra *Fake News* pelo entendimento do termo ser global. Contudo, pelo discurso nos deparamos com os efeitos de sentidos, as consequências das informações falsas que circulam na internet e assim chegamos ao nosso recorte que constitui o *corpus* desta, o movimento Antivacina.

Compreendermos que o modo de funcionamento discursivo do Antivacina acontece de maneira circular à Revolta da Vacina de 1904, no Rio de Janeiro, tornando-se uma memória discursiva pela circularidade das matérias tendenciosas pró a vacinação na época, de outro modo, o movimento contra que procurava escapar da censura por meio do deslize na língua(gem) com uso de charges e caricaturas que rompiam com o ritmo da narrativa jornalística dos fatos daquela época. Pensando esse modo de circulação da Revolta, o Antivacina é um acontecimento, sendo esse nosso ponto de encontro, pela linguagem entre a atualidade e a memória.

Frente ao material de análise percebemos que a linguagem de *fake news* provoca efeitos de sentido no leitor favoráveis e contra a vacinação, através da memória discursiva atravessada pelo efeito de repetição que constitui o interdiscurso. Isto na contemporaneidade acontece pela memória digital nesse repetível do digital que circula na internet. Assim, pelo percurso teórico analítico chegamos ao funcionamento do arquivo. Para apreender esse arquivo ancoramos na leitura do *Arquivo Hoje de Pêcheux* (1982), para compreender que tipo de arquivo tínhamos em mãos.

Na compreensão da questão do espaço público social, Orlandi (2017) nos demonstra quando fala sobre a circulação do boato, que se constitui e formula em redes sociais que alimentamos com informações sem confirmação delas, ou seja, onde os sentidos circulam através dos compartilhamentos atingindo mais usuários de uma determinada rede, em uma escala exponencial de um (muito) para muitos.

Ainda assim, são marcas do funcionamento coletivo da palavra como no selo do Ministério da Saúde: ISTO É FAKE NEWS, que certifica ser uma informação falsa através da checagem dos fatos, mesmo na internet ainda é o texto, ou seja, a escrita da língua que verifica e autentifica, as nossas palavras no virtual. Conclui-se que essa é a notícia falsa (*fake news*) que se expande pelas redes sem confirmação através de um simples curtir seguido de

um compartilhar, ou seja, se alguém em que confio da minha rede social compartilhou, provavelmente tem fundamentos.

O movimento Antivacina é o funcionamento de como uma informação equivocada compartilhada há 20 anos atrás que pode ressurgir em tempos de maior conectividade no mundo, como pontua Pêcheux (1981) em *Ça Circule* (Isso Circula): “como adquirimos o hábito de dizer, fazendo dessa circulação a imagem positiva de nossa modernidade discursiva liberada, ou ao contrário, a falsa moeda das línguas de vento: os turbilhões esfumaçados do “não importa o que” destinados a chamar a atenção, desviando-a dos “problemas reais” (p. 18). No caso do nosso *corpus* a baixa imunização nas campanhas de vacinação do governo e com isso o ressurgimento de doenças já tidas como erradicadas, como o Sarampo, faz pensar o discurso dos Antivacinas.

Pelo efeito-rumor compreendemos o modo de circulação do *mass media* contemporâneo que vive de rumores, se pensarmos na “sensacionalização” das informações do cotidiano. Para Silveira (2015) “Em vez de opor os rumores e os meios de comunicação de massa atuais seria, portanto, mais adequado pensá-los como duas mídias que coexistem e se complementam,” (p. 128). E com o advento da internet que disponibiliza as informações em tempo real, uma *fake news* pode viralizar em poucos minutos e até ser checada a fonte e confrontada com a notícia real acarreta várias consequências na sociedade, como já problematizamos.

E assim com seus efeitos de sentido provocam o leitor a compartilhar uma informação falsa fazendo-a circular nos espaços digitais que se tornaram parte do dia a dia da população. Silveira (2015) conclui que: “Discursivamente, é possível, então, afirmar que o rumor é um fato da linguagem e pode atravessar a sociedade independentemente de ser “fundamentado” ou não.” (p. 129). Conforme a informação jornalística fundamenta pela pirâmide invertida procurando responder as seguintes questões no início do *lead*, o primeiro parágrafo de um texto jornalístico: O que? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê? Essa estrutura da notícia está presente na maioria das informações que recebemos mesmo em aplicativos de mensagens ou compartilhadas em redes sociais, por isso tem esse efeito-rumor, pois possuem as características de uma informação fundamentada e que muitas vezes não é.

A circulação do discurso sobre o movimento Antivacina, mesmo sem autoria de Wakefield existe pelas filiações de sentidos, e em outros sites e artigos ligando o aumento de casos de Autismo à vacinação com MMR, causaram impacto social em todo mundo. No

Brasil, o Ministério da Saúde criou uma parte específica ao tema dentro do site oficial a *Fake News* na Saúde, para receber informações, checá-las e assim tirar as dúvidas da população, e pronunciarem se são procedentes ou não.

Buscamos saber como se configura esse movimento ou movimentos Antivacina(s), pois são diferentes na Europa, América do Norte e América do Sul. Pensamos nos descolamentos de sentido que ocorrem ao longo do tempo desde o artigo científico de Wakefield, publicado na *The Lancet*, a prestigiada revista científica britânica, no artigo de Gale e Null (2017) publicado no site GreenMeDInfo.com dedicado a divulgar informações sobre medicina natural, e na página sobre Fake News do site do Ministério da Saúde do governo brasileiro. Há em cada um destes sentidos deslocados diferentes momentos do movimento Antivacina nos últimos anos.

No efeito-autor cunhado na Análise de Discurso, temos embasamento para compreendermos o processo de validação do movimento Antivacina nessa sociedade digital e como esse discurso acontece no virtual, instaurado em uma memória não mais metálica, que é estabilizada e sim em uma digital, que é própria da internet.

Para Gallo (2001) “Assim, caracterizei o efeito-autor, como sendo o efeito do confronto de formações discursivas, cuja resultante é uma nova formação dominante” (p.02). Percebemos que esse efeito-autor descrito por Gallo (2001) é uma junção com o efeito-rumor apresentado por Silveira (2015) e nessa nova formação dominante no espaço digital a: *fake news*.

Contudo o discurso do Antivacina já circulava antes de Wakefield publicar sua pesquisa que associava a vacina MMR ao aumento de Autismo. As reportagens usadas como recortes trazem além da identificação de Wakefield como autor, um discurso jornalístico sobre a saúde e a prevenção de endemias como a do Sarampo, através da vacinação, no terceiro capítulo.

A estrutura do jornalismo é condizente para a veiculação das *fakes news*. Vimos isso no primeiro capítulo, com a descrição histórica do termo e como funciona a imprensa sensacionalista e pelo caso da Escola Base, com as capas das manchetes sensacionalistas e depois com o relatório para confirmar a verdade sobre os fatos. O jornalismo opera com essa noção de verdadeiro e falso na sociedade em suas reportagens, porém pela sua pretensa imparcialidade e isenção dos fatos, mesmo já formada a opinião sobre o assunto, a joga para o leitor julgar e assim construir seu juízo de valor sobre o tema. A teoria da linguística chama

isto de efeito-leitor, este que com a sua formação discursiva e ideológica para assim formar sua opinião a memória discursiva sobre determinados temas.

É por isso que o texto científico da *The Lancet* demorou em ser contestado como mentira ou *fake news* por essa estrutura da ciência, através da divulgação científica que usa também dos critérios de noticiabilidade que expomos no primeiro capítulo, que também servem para compor um artigo científico.

De modo que esse Estudo das Condições de Produção nos propiciou pensar e compreender, pelo discurso, a densidade da língua e como nossa memória discursiva nos remete a um movimento contra a vacinação que gerou uma Revolta há 116 anos atrás e ainda é atual e está presente nesse movimento discursivo Antivacina que viraliza pela internet através das *Fake News*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHARD, Pierre. **Papel da Memória**. 4ª Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.
- ADORNO, Guilherme e SILVEIRA, Juliana. **Pós-verdade e Fake News: Equívocos do Político na Materialidade Digital**. 2017. Disponível em: http://anaisdosead.com.br/8SEAD/SIMPOSIOS/SIMPOSIO%20V_GAdorno%20e%20JSilveira.pdf. Acesso em: 11 nov. 2019.
- ALVES, Marco Antônio Sousa. **A autoria em questão a partir de Foucault: autor, discurso, sujeito e poder**. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/19932/14530>. Acesso em: 11 nov. 2019
- BARRETO, Lima. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. Rio de Janeiro: Ed. Livraria Clássica Editora, 1909.
- BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1988.
- BBC. **'Fake News' é eleita palavra do ano e ganhará menção em dicionário britânico**. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41843695>. Acesso em: 11 nov. 2019.
- BENCHIMOL, Jaime Larry (coord.). **Febre amarela. A doença, a vacina, uma história inacabada**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.
- BERTOLLI FILHO, Claudio. **História da Saúde Pública no Brasil**. Editora Ática, 1996.
- CANOSSA, Gabriela. **PIZZAGATE: o escândalo de fake news que abalou Hillary Clinton**. 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/pizzagate-o-escandalo-de-fake-news-que-abalou-a-campanha-de-hillary/>. Acesso em: 25 mai. 2019.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- COSTA, Alfredo José Lopes e MENDES, Hélio Ferreira Júnior. **A Comunicação Viral nas Redes Sociais da Internet: Estudo de Dois Casos de Repercussão**. Revista Comunicação, Cultura e Sociedade, UNEMAT 2014/1. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ccs/article/view/63>. Acesso em: 30 jun. 2019.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso**. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/4090>. Acesso em: 08 out. 2019
- COUTINHO, Emílio Portugal. **O que significa imprensa amarela ou marrom?** 2015. Disponível em: <http://www.casadosfocas.com.br/o-que-significa-imprensa-amarela-ou-marrom/>. Acesso em: 30 jun. 2019.
- CRUZ, Maria Teresa. **Livro-reportagem esmiúça o “Caso Escola Base” um dos maiores erros da imprensa no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://ponte.org/livro-reportagem-esmiuca-o-caso-escola-base-um-dos-maiores-erros-da-imprensa-no-brasil/>. Acesso em: 05 jul. 2019.
- DIAS, Cristiane. **A discursividade da rede (de sentidos): a sala de bate-papo hiv**. Unicamp. 2004. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270717?locale=pt_BR. Acesso em: 30 nov. 2019.
- _____. **Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus**. ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, São Paulo, 44 (3): p. 972-980, set-dez. 2015. Disponível em:

<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/download/1030/611>. Acesso em: 11 nov.2019.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital: Sujeito, Espaço, Memória e Arquivo**. Campinas-SP: Pontes Editores, 2018.

DINIZ, Thais Carvalho. **Movimento Antivacina: como surgiu e quais consequências ele pode trazer?** 2017. Disponível em: <https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2017/12/05/o-que-o-movimento-antivacina-pode-causar.htm>. Acesso em: 20 out.2018.

EMERY, Edwin. **História da imprensa nos Estados Unidos**. Tradução de Alkmin Cunha. Rio de Janeiro: Lidador, 1965.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. Oswaldo Cruz. **Monumenta Historica, t.1. A incompreensão de uma época. Oswaldo Cruz e A caricatura**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 1971.

FALLON, Claire. **De onde vem o termo "fake news"? Da década de 1890, ao que tudo indica**. 2017. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2017/04/05/de-onde-vem-o-termo-fake-news-da-decada-de-1890-ao-que-tudo-a-22027223/>. Acesso em: 20 out. 2018.

FILHO, João. **O casamento entre a extrema direita e o movimento antivacina é um perigo para o mundo**. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/07/14/movimento-antivacina-extrema-direita-trump-bolsonaro/>. Acesso em: 11 nov. 2019.

FOUCAULT, M. (1969). **O Que é o Autor**. Ed Passagens, Lisboa, 1982.

_____. (1971). **A Arqueologia do Saber**. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro.

FROISSARD, Pascal. **Buzz, bouffées d'audience et rumeur sur Internet**. Médiamorphoses - I-revues: 2.0? Culture numérique, cultures expressives, França, n. 21, p.81-87, mar. 2007. Trimestral. Disponível em: <http://documents.irevues.inist.fr/handle/2042/23566>. Acesso em: 28 fev. 2020.

GALE, Richard e NULL, Gary. **New Vaccines Still Cause Autism and Our Government Knows**. 2017. Disponível em: <https://www.greenmedinfo.health/blog/new-vaccines-still-cause-autism-and-our-government-knows>. Acesso em: 11 nov. 2019.

GALIEGO. Andrezza. **O furo e a barrigada**. 2103. Disponível em: <http://observatoriadaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/ed757-o-furo-e-a-barrigada/>. Acesso em: 28 ago. 2019.

GALLO, Solange Leda. **Discurso da escrita e ensino**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1992.

_____. **Autoria: questão enunciativa ou discursiva?** Revista Linguagem em (Dis)curso, volume 1, número 2, jan./jun. 2001. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/172. Acesso em: 30 jun. 2020.

_____. **Processo de Legitimação no Discurso de Escritorialidade**. 2015. Anais VII Sead. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/7SEAD/SIMPOSIO06/SolangeLedaGallo.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2019.

GUIMARÃES, Bruno de Azevedo Santana. **Golpes de sentido em 2016: uma análise do blog Jornal Livre**. Dissertação de Mestrado em Letras: Linguagens e Representações – Ilhéus, BA: UESC, 2019. 105f. il. Disponível em:

http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/letras/index.php?item=conteudo_disserta_coesdefendidas.php. Acesso em: 28 fev. 2020.

IDOETA, Paula Adamo. **A história que deu origem ao mito da ligação entre vacinas e autismo**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-40663622>. Acesso em 20/10/2018.

KAPFERER, Jean-noël. **Rumeurs: les plus vieux média du monde**. Paris, França: Editions Du Seuil, 1987. 313 p.

KOVACH, Bill, ROSENSTIEL, Tom. **The elements of journalism**. Nova Iorque: Three rivers press, 2001.

LABASSE, Bertrand. **A Epistemologia do Jornalismo pode delimitar seu Território Discursivo?** Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br>. Acesso em: 08 dez. 2019.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 5: As informações do inconsciente**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar. Ed. 1999.

LAGE, Nilson. **Linguagem Jornalística**. Editora Ática, São Paulo, 1985.

LECLERC, Gérard. **Le sceau de l'œuvre**. Paris: Éd. du Seuil, 1998.

MARIANI, Bethania. Discursividades prêt-à-porter, Funcionamento de *Fake News* e Processos de identificação. **Revista Entremeios, 2018**. Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br/published/675.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

_____. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP. UNICAMP, 1998.

MERRIAM-WEBSTER. **Fake News**. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/fake%20news>. Acesso em: 13 set. 2018.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Editora da Unicamp: Campinas, 2012.

OPPER, Frederick Burr. **Happy Hooligan**. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Frederick_Burr_Opper. Acessado em: 20 mai. 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes: 1998.

_____. **Análise de Discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas: Pontes, 2004 – 4ª Edição.

_____. **As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª ed, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 9ª Edição, Campinas, SP, Pontes Editores, 2010.

_____. **A contrapelo: incursão teórica na tecnologia: discurso eletrônico, escola, cidade**. Rua [online], n. 16, v. 2, Campinas, Labeurb/Unicamp, 2010. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/pdf/16-2/1-16-2.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

_____. **Eu, Tu, Ele: Discurso e Real da História**. Campinas, SP. Pontes Editores; 2017.

PARK, Robert. **A notícia como forma de conhecimento**: In. Steinberg, Charles org. Meios de Comunicação de Massa. SP, Cultrix, 1970.

PÊCHEUX & FUCHS (1975). **A propósito da Análise Automática do Discurso**. In: GADET & HAK (org). Por uma análise automática do discurso. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Ouverture du colloque**. In. CONEIN, Bernard et al. (Org.) *Matérialités discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981. p. 15-18.

_____. **O discurso: Estrutura ou Acontecimento**. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes, 1997.

_____. Ler o arquivo hoje. Trad. Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In. ORLANDI, Eni (org.) **Gestos de Leitura**. 3. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010 [1982].

_____. **Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PEQUENO, Vitor. **Nos subsolos de uma rede: sobre o ideológico no âmago do técnico**. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/271125>. Acesso em: 30 mai. 2019.

PFEIFFER, Cláudia Regina Castellanos. **Que autor e este?** 1995. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270699>. Acesso em: 08 out. 2019.

1904 - Revolta da Vacina. A maior batalha do Rio / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. – A Secretaria, 2006. 120 p.: il. – (Cadernos da Comunicação. Série Memória). Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101424/memoria16.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em cor pós rebeldes**. Coleção Tudo é História. São Paulo: Ed.Brasiliense, 1984.

SHANE, Scott. **From Headline to Photograph, a Fake News Masterpiece**. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/01/18/us/fake-news-hillary-clinton-ronald-reagan-harris.html>. Acesso em: 08 jul. 2019.

SIEBERT, Silvana e PEREIRA, Israel Vieira. **O Efeito de Verdade no Funcionamento Discursivo dos Boatos**. RevLet – Revista Virtual de Letras, v. 08, nº 01, jan/jul, 2016. Disponível em: <http://www.revlet.com.br/artigos/371.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

SILVA, Gabriela de Barros. **Como o Caso Escola Base enterrou socialmente os envolvidos**. 2018. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/caso-escola-base/>. Acesso em: 20 mai. 2019.

SILVA, Gislene. **Para pensar em critérios de noticiabilidade**. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091>. Acesso em: 20 mai. 2019.

SILVEIRA, Juliana Da. **Rumor(es) e Humor(es) na Circulação de Hashtags do Discurso Político Ordinário no Twitter**. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/redisco/article/viewFile/6142/5884>. Acesso em: 28 fev. 2020.

SILVESTRE, Paulo. **Morre outra vítima da imprensa**. 2014. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/blogs/macaco-eletrico/morre-outra-vitima-da-imprensa/>. Acesso em: 20 mai. 2019.

SODRÊ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

TÓFOLI, Luciene. **Ética no Jornalismo**. Coleção Ética nas Profissões. Editora Vozes. 2008.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2001.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes: 2003.

Yellow Journalism. **The “Fake News” of the 19th Century**. Disponível em: <https://publicdomainreview.org/collections/yellow-journalism-the-fake-news-of-the-19th-century/>. Acesso em: 03 jun. 2019.